

GUERREIRO RAMOS E A SOCIOLOGIA: CIÊNCIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA



A REVOLUÇÃO
BRASILEIRA

A REVOLUÇÃO
BRASILEIRA



ADELICIO MACHADO DOS SANTOS



2026

Adelcio Machado dos Santos

GUERREIRO RAMOS E A SOCIOLOGIA

Ciência da Revolução Brasileira

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237g

Santos, Adelcio Machado dos

Guerreiro Ramos e a sociologia: ciência da revolução brasileira. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

80 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-17-2

DOI: 10.29327/5811379

1. Guerreiro Ramos. 2. Sociologia brasileira. 3. Pensamento crítico. 4. Latino-americano. 5. Redução sociológica. 6. Autonomia intelectual. I. Título.

CDU: 316.2(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado a
Nildo Ouriques

"A Sociologia, entre nós, só adquire sentido quando vinculada aos problemas concretos da existência nacional" (RAMOS, 1963, p. 11).

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Mito e verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é sociólogo (MT/SC 222).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Administração. Mestre em Relações Internacionais. Bacharel e Licenciado em Sociologia.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Filosofia e História da Psicanálise, Planejamento Urbano e Regional, Constitucionalismo, Saúde Coletiva, História da Arte e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 106 livros, 166 capítulos de livros e 453 artigos científicos.

RESUMO

Este labor colima analisar a relevância do pensamento sociológico de Alberto Guerreiro Ramos para a compreensão da sociologia brasileira e sua contribuição para o desenvolvimento do pensamento crítico latino-americano. A pesquisa parte da compreensão de que a obra desse autor constitui um marco importante na construção de uma sociologia comprometida com a interpretação das especificidades históricas das sociedades periféricas, especialmente no contexto brasileiro. Nesse sentido, o estudo discute os fundamentos teóricos e metodológicos de sua produção intelectual, destacando conceitos centrais como a redução sociológica, a crítica à dependência intelectual das ciências sociais e a defesa da construção de um pensamento sociológico autônomo. Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise interpretativa de obras clássicas de Guerreiro Ramos, bem como de estudos contemporâneos que dialogam com sua produção intelectual. A análise concentrou-se na identificação das principais contribuições do autor para a sociologia contemporânea, especialmente no que se refere à crítica ao eurocentrismo na produção do conhecimento, à valorização das experiências históricas das sociedades latino-americanas e à compreensão da sociologia como instrumento de interpretação crítica da realidade social. Os resultados da pesquisa indicam que o pensamento de Guerreiro Ramos permanece altamente relevante para os debates atuais das ciências sociais, sobretudo diante das discussões contemporâneas sobre descolonização do conhecimento, pluralidade epistemológica e autonomia intelectual das sociedades periféricas. Além disso, evidencia-se que suas reflexões contribuíram significativamente para o fortalecimento de uma tradição de pensamento social brasileiro voltada à análise crítica da formação histórica do país e das relações de dependência presentes no sistema internacional. Conclui-se que a obra de Guerreiro Ramos continua oferecendo importantes contribuições para a sociologia contemporânea, ao estimular a construção de perspectivas analíticas comprometidas com a interpretação das realidades sociais latino-americanas e com o desenvolvimento de uma ciência social crítica, reflexiva e socialmente engajada.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos; sociologia brasileira; pensamento crítico latino-americano; redução sociológica; autonomia intelectual.

ABSTRACT

This study aims to analyze the relevance of the sociological thought of Alberto Guerreiro Ramos for the understanding of Brazilian sociology and its contribution to the development of Latin American critical thought. The research is based on the understanding that the work of this author represents an important milestone in the construction of a sociology committed to interpreting the historical specificities of peripheral societies, especially in the Brazilian context. In this sense, the study discusses the theoretical and methodological foundations of his intellectual production, highlighting central concepts such as sociological reduction, the critique of intellectual dependence in the social sciences, and the defense of the construction of an autonomous sociological thought. Methodologically, the research is characterized as qualitative, developed through a bibliographic review and interpretative analysis of classical works by Guerreiro Ramos, as well as contemporary studies that engage with his intellectual production. The analysis focused on identifying the author's main contributions to contemporary sociology, particularly regarding the critique of Eurocentrism in knowledge production, the appreciation of the historical experiences of Latin American societies, and the understanding of sociology as an instrument for the critical interpretation of social reality. The results indicate that Guerreiro Ramos' thought remains highly relevant to current debates in the social sciences, especially in light of contemporary discussions on the decolonization of knowledge, epistemological plurality, and the intellectual autonomy of peripheral societies. Furthermore, his reflections significantly contributed to strengthening a tradition of Brazilian social thought focused on the critical analysis of the country's historical formation and the relations of dependence present in the international system. It is concluded that Guerreiro Ramos' work continues to offer important contributions to contemporary sociology by encouraging the development of analytical perspectives committed to interpreting Latin American social realities and promoting a critical, reflexive, and socially engaged social science.

Keywords: Guerreiro Ramos; brazilian sociology; latin american critical thought; sociological reduction; intellectual autonomy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1	15
-------------------------	-----------

GUERREIRO RAMOS: TRAJETÓRIA INTELECTUAL E CONTEXTO HISTÓRICO

CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E INTELECTUAL DO BRASIL NO SÉCULO XX	18
FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO INTELECTUAL DE GUERREIRO RAMOS ..	22
GUERREIRO RAMOS E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO	24
RELAÇÕES COM O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E O ISEB	28

CAPÍTULO 2	30
-------------------------	-----------

FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DE GUERREIRO RAMOS

CRÍTICA À SOCIOLOGIA TRADICIONAL E AO PENSAMENTO IMPORTADO	33
A NOÇÃO DE “REDUÇÃO SOCIOLÓGICA”	36
SOCIOLOGIA CRÍTICA E COMPROMISSO COM A REALIDADE NACIONAL	39
A CENTRALIDADE DO SUJEITO HISTÓRICO E DA AÇÃO SOCIAL	42

CAPÍTULO 3	46
-------------------------	-----------

A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO EM GUERREIRO RAMOS	50
SOCIOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	52
A REVOLUÇÃO BRASILEIRA COMO PROCESSO HISTÓRICO ESPECÍFICO	55
INTELECTUAIS, CIÊNCIA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO NACIONAL	58

CAPÍTULO 4	62
-------------------------	-----------

ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS

CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA	65
IMPACTOS NO PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO	67
LIMITES, CRÍTICAS E RELEITURAS DA OBRA	70

CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
-----------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS	77
--------------------------	-----------



Guerreiro Ramos e a sociologia

ciência da revolução brasileira



INTRODUÇÃO

A sociologia brasileira, ao longo de seu processo de consolidação, foi marcada por tensões entre a importação de modelos teóricos estrangeiros e a busca por interpretações capazes de explicar as particularidades históricas, sociais e culturais do país. Nesse cenário, a obra de Alberto Guerreiro Ramos ocupa lugar singular, na medida em que propõe uma ruptura crítica com a sociologia tradicional e reivindica a construção de uma ciência social comprometida com a realidade nacional e com os processos de transformação estrutural do Brasil. Sua produção intelectual insere-se em um momento decisivo do pensamento social brasileiro, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, quando o debate sobre desenvolvimento, dependência, modernização e emancipação nacional se intensificava no campo das ciências sociais.

Guerreiro Ramos compreendia a sociologia não como um saber neutro ou meramente descritivo, mas como uma ciência historicamente situada, dotada de função crítica e potencial transformador. Para o autor, a sociologia deveria assumir o papel de instrumento intelectual da revolução brasileira, entendida não como um evento abrupto ou exclusivamente político, mas como um processo histórico de reorganização estrutural da sociedade, capaz de romper com padrões de dependência, subordinação cultural e reprodução acrítica de modelos exógenos. Nesse sentido, sua concepção de sociologia articula conhecimento científico, compromisso ético e engajamento político, colocando em questão a suposta neutralidade da ciência e enfatizando a responsabilidade social do intelectual.

A proposta de uma “ciência da revolução brasileira”, formulada por Guerreiro Ramos, emerge como resposta àquilo que o autor identifica como alienação do pensamento social nacional. Segundo sua crítica, grande parte da produção sociológica brasileira limitava-se à aplicação mecânica de categorias analíticas desenvolvidas em contextos históricos distintos, sobretudo nos países centrais do capitalismo, sem considerar as especificidades da formação social brasileira. Essa prática resultaria em uma sociologia incapaz de compreender a realidade nacional em sua complexidade e, conseqüentemente, impotente diante dos desafios históricos do país. É nesse contexto que se insere o conceito de redução sociológica, uma das contribuições mais relevantes de Guerreiro Ramos, que propõe a filtragem crítica dos aportes teóricos estrangeiros a partir das necessidades e condições concretas da sociedade brasileira.

Diante da relevância e atualidade dessas reflexões, esta monografia tem como objetivo analisar a contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira, com ênfase na compreensão da sociologia como ciência da revolução brasileira. Parte-se da compreensão de que sua obra não apenas oferece uma crítica contundente à dependência intelectual, mas também apresenta fundamentos teóricos e metodológicos para a construção de um pensamento social autônomo, voltado à transformação da realidade. Assim, o problema central que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira a sociologia formulada por Guerreiro Ramos se constitui como um instrumento de interpretação crítica e de intervenção na realidade brasileira, articulando ciência, política e projeto nacional.

A escolha desse tema justifica-se pela necessidade de resgatar e aprofundar o debate sobre autores fundamentais do pensamento social brasileiro, cujas contribuições, por vezes, permanecem marginalizadas ou tratadas de forma fragmentada nos currículos acadêmicos. Em um contexto contemporâneo marcado

por novas formas de dependência, pela intensificação das desigualdades sociais e pela crise dos projetos nacionais de desenvolvimento, a obra de Guerreiro Ramos revela-se particularmente pertinente. Suas reflexões sobre autonomia intelectual, responsabilidade social do cientista e compromisso com a transformação social oferecem subsídios teóricos importantes para a compreensão dos dilemas atuais da sociedade brasileira e para a reavaliação do papel das ciências sociais no enfrentamento desses desafios.

Além disso, a relevância acadêmica deste estudo reside no fato de que a obra de Guerreiro Ramos transita por diferentes campos do conhecimento, como sociologia, ciência política, administração pública e teoria organizacional, o que reforça seu caráter interdisciplinar e amplia o alcance de suas contribuições. Ao tratar da sociologia como ciência da revolução brasileira, o autor propõe uma leitura inovadora da relação entre conhecimento científico e ação social, desafiando concepções tradicionais que dissociam teoria e prática. Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir para o aprofundamento do debate teórico sobre o pensamento social brasileiro, bem como para a valorização de perspectivas críticas e contextualizadas na produção do conhecimento científico.

No que se refere aos objetivos, este trabalho tem como objetivo geral analisar o pensamento sociológico de Guerreiro Ramos, destacando sua concepção de sociologia como ciência da revolução brasileira. Como objetivos específicos, pretende-se: contextualizar a trajetória intelectual do autor no cenário político e social brasileiro; examinar os fundamentos teóricos de sua crítica à sociologia tradicional; compreender o conceito de redução sociológica e sua importância para a construção de uma sociologia nacional; e discutir a atualidade e os limites de sua proposta teórica à luz dos desafios contemporâneos da sociedade brasileira.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico e exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica. A opção por esse tipo de pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar, interpretar e sistematizar o conjunto de ideias presentes na obra de Guerreiro Ramos e em estudos produzidos por seus comentadores e críticos. A revisão bibliográfica permite o contato direto com as fontes teóricas primárias, como livros, artigos e ensaios do próprio autor, bem como com produções secundárias que analisam, contextualizam e problematizam seu pensamento no interior do campo das ciências sociais brasileiras.

As fontes utilizadas neste estudo compreendem obras clássicas de Guerreiro Ramos, publicadas sobretudo entre as décadas de 1950 e 1980, além de artigos científicos, dissertações, teses e livros que abordam sua contribuição intelectual. A seleção do material bibliográfico foi orientada por critérios de relevância temática, reconhecimento acadêmico e pertinência teórica, buscando contemplar diferentes interpretações e perspectivas sobre a obra do autor. A análise do material foi realizada de forma crítica e interpretativa, priorizando a compreensão dos conceitos centrais, dos argumentos desenvolvidos e das implicações teóricas e políticas de suas proposições.

A abordagem adotada neste trabalho não se limita à exposição descritiva das ideias de Guerreiro Ramos, mas busca estabelecer relações entre seu pensamento e o contexto histórico em que foi produzido, bem como identificar diálogos, tensões e permanências em relação ao debate sociológico contemporâneo. Nesse sentido, a análise assume caráter reflexivo, reconhecendo tanto as contri-

buições quanto os limites da proposta de uma sociologia orientada pela ideia de revolução nacional. Tal postura permite evitar leituras apologéticas ou acríticas, favorecendo uma compreensão mais equilibrada e consistente da obra do autor.

Por fim, este estudo estrutura-se de modo a apresentar, inicialmente, os fundamentos teóricos e históricos que sustentam o pensamento de Guerreiro Ramos, avançando posteriormente para a análise de sua concepção de sociologia como ciência da revolução brasileira e, por último, para a discussão de sua atualidade no cenário contemporâneo. Ao integrar reflexão teórica e análise crítica, esta monografia pretende contribuir para o fortalecimento do debate sobre a autonomia do pensamento social brasileiro e sobre o papel das ciências sociais na construção de projetos de transformação social, reafirmando a relevância de Guerreiro Ramos como um dos principais intérpretes da realidade nacional.



Guerreiro Ramos e a sociologia

ciência da revolução brasileira



GUERREIRO RAMOS: TRAJETÓRIA INTELLECTUAL E CONTEXTO HISTÓRICO

A compreensão do pensamento sociológico de Alberto Guerreiro Ramos exige a análise de sua trajetória intelectual articulada ao contexto histórico, político e cultural no qual suas ideias foram formuladas. Tal abordagem permite reconhecer que sua produção teórica não se desenvolveu de forma isolada, mas emergiu de um momento específico da história brasileira marcado por intensos debates acerca do desenvolvimento nacional, da autonomia intelectual e da construção de um projeto de modernização capaz de superar as estruturas herdadas do colonialismo e da dependência econômica. Nesse sentido, a obra de Guerreiro Ramos insere-se no interior de um amplo movimento do pensamento social brasileiro que, ao longo do século XX, buscou interpretar as singularidades da formação social do país e formular caminhos para sua transformação estrutural.

O Brasil das décadas de 1940, 1950 e início dos anos 1960 vivenciou um período de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. A consolidação do processo de industrialização, o crescimento das cidades, a ampliação da burocracia estatal e a emergência de novas forças sociais contribuíram para a formação de um ambiente intelectual propício à reflexão sobre os rumos do desenvolvimento nacional. Nesse contexto, as ciências sociais passaram a desempenhar papel cada vez mais relevante na interpretação da realidade brasileira, ao mesmo tempo em que se intensificava o debate sobre a necessidade de produzir um conhecimento científico capaz de responder aos desafios específicos da sociedade brasileira (Schwartzman, 2001).

Foi nesse cenário que emergiu a figura de Guerreiro Ramos como um dos mais importantes intérpretes do pensamento social brasileiro do século XX. Nascido em 1915, em Santo Amaro da Purificação, na Bahia, o autor construiu uma trajetória intelectual marcada pela interdisciplinaridade e pelo engajamento político, transitando entre os campos da sociologia, da administração pública, da ciência política e da filosofia social. Sua produção teórica destaca-se pela crítica contundente à dependência intelectual das ciências sociais brasileiras em relação aos paradigmas estrangeiros, especialmente aqueles oriundos da tradição sociológica europeia e norte-americana. Para Guerreiro Ramos, a adoção acrítica desses modelos analíticos comprometia a capacidade da sociologia de compreender a realidade brasileira em sua especificidade histórica e cultural (Ramos, 1958).

Ao longo de sua trajetória, o autor desenvolveu uma reflexão crítica sobre o papel das ciências sociais nas sociedades periféricas, defendendo a necessidade de construir uma sociologia orientada pelas demandas concretas do processo histórico nacional. Essa perspectiva encontra sua expressão mais conhecida no conceito de “redução sociológica”, formulado como uma estratégia metodológica voltada à filtragem crítica das teorias importadas. De acordo com essa proposta, os conceitos e categorias produzidos em contextos históricos distintos deveriam ser reinterpretados e ajustados às condições particulares da sociedade brasileira, evitando a reprodução mecânica de modelos analíticos que não correspondiam às experiências sociais do país (Ramos, 1996).

A trajetória intelectual de Guerreiro Ramos também deve ser compreendida em estreita relação com o ambiente político e institucional no qual ele atuou. Durante as décadas de 1950 e 1960, o autor participou ativamente de importantes espaços de formulação intelectual e política, entre os quais se destaca o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955 e vinculado ao Ministério

da Educação e Cultura, o ISEB tornou-se um dos principais centros de reflexão sobre o desenvolvimento nacional e sobre a construção de um projeto autônomo de modernização para o Brasil. Reunindo intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, o instituto desempenhou papel central na formulação de interpretações críticas da realidade brasileira e na elaboração de propostas voltadas à transformação estrutural do país (Bresser-Pereira, 2004).

No interior desse ambiente intelectual, Guerreiro Ramos destacou-se pela originalidade de suas formulações e pela defesa de uma sociologia comprometida com a transformação social. Para o autor, a ciência social deveria assumir um papel ativo na construção do projeto nacional, contribuindo para a compreensão das contradições estruturais da sociedade brasileira e para a formulação de estratégias capazes de superar as condições de subdesenvolvimento e dependência. Tal perspectiva estava profundamente alinhada com o debate desenvolvimentista que marcava o pensamento político e econômico da época, especialmente no contexto das políticas de industrialização e de fortalecimento do Estado nacional (Fonseca, 2014).

O desenvolvimentismo brasileiro, particularmente entre as décadas de 1950 e 1960, constituiu um dos eixos centrais do debate intelectual e político do período. A ideia de que o desenvolvimento econômico deveria ser conduzido por meio de um projeto nacional de industrialização e modernização do Estado mobilizou economistas, sociólogos e cientistas políticos que buscavam compreender as condições necessárias para a superação do atraso econômico e da dependência externa. Nesse ambiente, as ciências sociais passaram a desempenhar papel estratégico, fornecendo diagnósticos e interpretações sobre a estrutura social brasileira e sobre os obstáculos ao desenvolvimento (Bielschowsky, 2000).

A inserção de Guerreiro Ramos nesse debate revelou-se particularmente significativa, pois o autor não apenas participou das discussões sobre desenvolvimento nacional, mas também procurou ampliar o alcance dessas reflexões ao incorporar uma dimensão epistemológica e sociológica ao problema. Para ele, o desenvolvimento não poderia ser compreendido apenas como um processo econômico, mas deveria ser analisado como um fenômeno social e cultural que envolvia a transformação das estruturas institucionais, das mentalidades e das formas de organização da vida coletiva. Nesse sentido, a sociologia deveria desempenhar um papel fundamental na interpretação das dinâmicas sociais que condicionavam o processo de modernização brasileira (Ramos, 1965).

Outro aspecto central da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos refere-se à sua atuação no campo da administração pública e da teoria organizacional. Ao longo de sua carreira, o autor desenvolveu importantes contribuições para a reflexão sobre o papel do Estado e das organizações na promoção do desenvolvimento nacional. Sua obra posterior, especialmente após o exílio provocado pelo golpe militar de 1964, ampliou o alcance de suas reflexões ao dialogar com debates internacionais sobre teoria das organizações e racionalidade administrativa. Ainda assim, muitos dos fundamentos de sua crítica à racionalidade instrumental e à importação acrítica de modelos organizacionais já estavam presentes em suas reflexões sociológicas anteriores (Misoczky; Amantino-de-Andrade, 2005).

O golpe militar de 1964 representou um momento decisivo na trajetória pessoal e intelectual de Guerreiro Ramos. A ruptura institucional e a perseguição a intelectuais e professores universitários levaram o autor ao exílio nos Estados Uni-

dos, onde passou a lecionar em universidades norte-americanas e a desenvolver novas linhas de pesquisa no campo da teoria organizacional e da administração pública. Apesar da mudança de contexto, suas reflexões continuaram marcadas pela preocupação com os limites da racionalidade instrumental e com a necessidade de construir formas alternativas de organização social que valorizassem a dimensão substantiva da vida humana (Ramos, 1981).

A análise da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos revela, portanto, a profunda articulação entre sua produção teórica e o contexto histórico em que ela foi desenvolvida. Suas ideias não podem ser compreendidas apenas como formulações abstratas, mas devem ser interpretadas como respostas intelectuais a problemas concretos enfrentados pela sociedade brasileira em um período de intensas transformações políticas e econômicas. Ao criticar a dependência intelectual das ciências sociais e ao propor a construção de uma sociologia orientada pela realidade nacional, o autor contribuiu para a consolidação de uma tradição crítica no pensamento social brasileiro.

Além disso, sua participação em instituições como o ISEB e seu envolvimento nos debates sobre desenvolvimento nacional demonstram que sua obra esteve profundamente comprometida com a construção de um projeto de transformação social. Para Guerreiro Ramos, a sociologia não deveria limitar-se à descrição da realidade, mas deveria assumir uma função ativa na elaboração de diagnósticos e na formulação de alternativas capazes de orientar o processo histórico brasileiro.

É nesse horizonte que se insere a proposta de compreender a sociologia como ciência da revolução brasileira, tema central desta monografia. A partir da análise de sua trajetória intelectual e de seu contexto histórico, torna-se possível compreender as bases teóricas e políticas que sustentam essa concepção. Nos capítulos seguintes, serão examinados com maior profundidade os elementos que compõem esse quadro interpretativo. Inicialmente, será analisado o contexto político, social e intelectual no qual Guerreiro Ramos desenvolveu suas reflexões, destacando-se os debates sobre desenvolvimento, nacionalismo e modernização que marcaram o pensamento brasileiro no século XX. Em seguida, serão discutidos os aspectos relacionados à sua formação acadêmica e às influências intelectuais que contribuíram para a construção de sua perspectiva sociológica. Por fim, será abordada sua relação com o pensamento desenvolvimentista e com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, evidenciando o papel dessas experiências na consolidação de sua proposta de uma sociologia comprometida com a transformação da realidade brasileira.

Dessa forma, a análise da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos não apenas permite compreender a gênese de suas ideias, mas também evidencia a relevância de sua obra para o debate contemporâneo sobre autonomia intelectual, desenvolvimento nacional e papel das ciências sociais na interpretação e transformação da sociedade brasileira.

CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E INTELECTUAL DO BRASIL NO SÉCULO XX

A compreensão da obra de Alberto Guerreiro Ramos exige a análise cuidadosa do contexto político, social e intelectual do Brasil ao longo do século XX,

período marcado por profundas transformações estruturais que redefiniram as bases da sociedade brasileira e criaram condições para a emergência de novas interpretações sobre o país. O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil está intrinsecamente vinculado a esse processo histórico, uma vez que as mudanças econômicas, institucionais e culturais ocorridas nesse período estimularam a formação de um campo intelectual preocupado em compreender as especificidades da formação social brasileira e em formular projetos de transformação nacional. Nesse sentido, a produção intelectual de Guerreiro Ramos deve ser situada no interior de um movimento mais amplo de reflexão crítica que buscava superar a condição periférica do país e construir bases teóricas para um desenvolvimento autônomo.

No início do século XX, o Brasil ainda apresentava características marcadamente agrárias e oligárquicas, herdeiras da estrutura social estabelecida durante o período colonial e consolidada ao longo do século XIX. A chamada Primeira República (1889–1930) foi marcada pela predominância política das elites agrárias, especialmente aquelas vinculadas à economia cafeeira, e por um modelo de organização política baseado em relações clientelistas e na limitada participação popular. Nesse contexto, o Estado brasileiro operava de forma descentralizada e frequentemente subordinada aos interesses das oligarquias regionais, configurando um sistema político caracterizado pela fragilidade institucional e pela exclusão de amplos setores da população da vida política (Fausto, 2013).

Apesar dessa estrutura social conservadora, o início do século XX também foi marcado por transformações importantes, sobretudo no campo econômico e urbano. O crescimento da economia cafeeira e a intensificação das relações comerciais com o mercado internacional contribuíram para a expansão das cidades e para o surgimento de novos grupos sociais, como a classe média urbana e o operariado industrial. Paralelamente, o aumento da imigração europeia e a diversificação das atividades econômicas estimularam mudanças na composição social do país, criando novas demandas políticas e sociais. Essas transformações contribuíram para a emergência de movimentos sociais e políticos que questionavam a ordem oligárquica vigente, incluindo movimentos operários, correntes tenentistas e iniciativas reformistas que buscavam modernizar as instituições nacionais (Carvalho, 2015).

A crise da ordem oligárquica culminou na Revolução de 1930, evento que marcou uma ruptura significativa na trajetória política brasileira. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder representou o início de um processo de centralização do Estado e de reorganização das estruturas políticas e econômicas do país. Durante o período varguista, especialmente entre 1930 e 1945, o Estado brasileiro assumiu papel mais ativo na promoção do desenvolvimento econômico e na regulação das relações sociais, implementando políticas voltadas à industrialização, à legislação trabalhista e à modernização administrativa. Esse processo contribuiu para fortalecer o aparato estatal e ampliar a capacidade de intervenção do governo na economia e na sociedade (Fausto, 2013).

A centralização política promovida pelo governo Vargas também foi acompanhada pela construção de uma nova narrativa sobre a identidade nacional. Intelectuais, artistas e cientistas sociais passaram a dedicar maior atenção à interpretação da formação histórica do Brasil, buscando compreender as raízes das desigualdades sociais e os desafios relacionados à construção de uma sociedade moderna. Esse movimento intelectual deu origem a obras fundamentais do pen-

samento social brasileiro, como as de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, cujas interpretações contribuíram para estabelecer novas perspectivas analíticas sobre a história e a estrutura social do país (Schwarcz; Starling, 2015).

Nesse período, consolidou-se também o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A criação de universidades e centros de pesquisa, especialmente a partir da década de 1930, proporcionou condições institucionais para o desenvolvimento da sociologia, da ciência política e da antropologia. Instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo desempenharam papel fundamental na formação de pesquisadores e na consolidação de uma tradição acadêmica voltada ao estudo da sociedade brasileira. A presença de intelectuais estrangeiros, particularmente europeus, também influenciou a formação inicial das ciências sociais no país, contribuindo para a introdução de métodos científicos e abordagens teóricas que seriam posteriormente adaptadas ao contexto nacional (Miceli, 2001).

Entretanto, a incorporação dessas influências estrangeiras também gerou tensões no interior do campo intelectual brasileiro. Muitos autores passaram a questionar a adequação de teorias produzidas em contextos históricos distintos para explicar a realidade brasileira, argumentando que a aplicação mecânica de modelos europeus ou norte-americanos poderia obscurecer as especificidades da formação social do país. Esse debate tornou-se particularmente intenso a partir das décadas de 1950 e 1960, quando o tema do desenvolvimento nacional passou a ocupar posição central nas discussões acadêmicas e políticas (Bielschowsky, 2000).

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pela consolidação de um projeto nacional-desenvolvimentista, que buscava promover a industrialização acelerada do país e reduzir sua dependência econômica em relação aos países centrais do capitalismo. Esse projeto encontrou respaldo em setores da burocracia estatal, em grupos empresariais emergentes e em intelectuais comprometidos com a construção de um modelo de desenvolvimento autônomo. A criação de instituições voltadas ao planejamento econômico e à formulação de políticas públicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), refletia a crescente importância atribuída ao papel do Estado na condução do processo de modernização (Bresser-Pereira, 2007).

No campo intelectual, o desenvolvimentismo estimulou a formação de um ambiente de intensa reflexão sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro. Economistas, sociólogos e cientistas políticos passaram a dedicar-se à análise das estruturas econômicas e sociais que condicionavam o crescimento do país, bem como às estratégias necessárias para superar o subdesenvolvimento. Nesse contexto, surgiram instituições dedicadas à produção de conhecimento voltado à interpretação da realidade nacional, entre as quais se destaca o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955. O ISEB reuniu intelectuais de diferentes áreas do conhecimento que compartilhavam o objetivo de elaborar um projeto nacional de desenvolvimento capaz de articular crescimento econômico, autonomia política e transformação social (Bresser-Pereira, 2004).

O ambiente intelectual associado ao ISEB caracterizava-se por forte engajamento político e pela convicção de que o conhecimento científico deveria contribuir para a formulação de estratégias de desenvolvimento nacional. Nesse espa-

ço, o debate sobre a dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos países centrais ganhou destaque, estimulando reflexões sobre a necessidade de construir uma produção intelectual autônoma. Foi nesse contexto que se destacaram as contribuições de autores como Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe e o próprio Guerreiro Ramos, cujas reflexões buscavam articular análise sociológica e projeto político nacional (Toledo, 1997).

Paralelamente às discussões sobre desenvolvimento e modernização, o Brasil enfrentava profundas tensões sociais e políticas decorrentes da rápida transformação de sua estrutura econômica. A expansão da industrialização e o crescimento das cidades intensificaram os conflitos sociais, ampliando as demandas por direitos trabalhistas, reforma agrária e maior participação política. Movimentos sociais, sindicatos e organizações estudantis passaram a desempenhar papel cada vez mais relevante na arena política, pressionando o Estado por reformas estruturais que pudessem reduzir as desigualdades sociais historicamente presentes na sociedade brasileira (Carvalho, 2015).

Essas tensões alcançaram seu ponto máximo no início da década de 1960, período marcado por intensa polarização política e por debates sobre reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. As disputas ideológicas entre diferentes projetos de sociedade, que envolviam setores conservadores, forças progressistas e grupos militares, culminaram no golpe militar de 1964, que instaurou um regime autoritário no país. O golpe representou uma ruptura significativa no ambiente intelectual e político brasileiro, resultando na repressão a movimentos sociais, na perseguição a intelectuais e na interrupção de projetos acadêmicos e institucionais voltados à reflexão crítica sobre o desenvolvimento nacional (Fausto, 2013).

Apesar das limitações impostas pelo regime autoritário, o período posterior ao golpe também testemunhou a continuidade de debates acadêmicos sobre desenvolvimento, dependência e transformação social, agora frequentemente realizados em contextos institucionais distintos ou no exterior. A emergência da teoria da dependência, por exemplo, representou uma tentativa de reinterpretar o processo de desenvolvimento latino-americano à luz das relações estruturais entre centro e periferia do sistema capitalista internacional (Cardoso; Faletto, 1970).

Nesse amplo contexto histórico, a obra de Guerreiro Ramos adquire significado particular, pois suas reflexões dialogam diretamente com os dilemas enfrentados pela sociedade brasileira ao longo do século XX. Sua crítica à dependência intelectual das ciências sociais e sua defesa de uma sociologia comprometida com a transformação da realidade nacional refletem as tensões e expectativas de um período marcado pela busca de autonomia política, econômica e cultural. Assim, compreender o contexto político, social e intelectual do Brasil no século XX constitui passo fundamental para interpretar a trajetória e a produção teórica de Guerreiro Ramos, bem como para situar suas contribuições no interior do pensamento social brasileiro.

FORMAÇÃO ACADÊMICA E ATUAÇÃO INTELECTUAL DE GUERREIRO RAMOS

A formação acadêmica e a trajetória intelectual de Alberto Guerreiro Ramos constituem elementos fundamentais para a compreensão de sua contribuição ao pensamento social brasileiro. Sua produção teórica não pode ser dissociada das experiências formativas, institucionais e políticas que marcaram sua vida intelectual ao longo do século XX. Nesse sentido, a análise de sua formação e atuação intelectual permite compreender não apenas as influências teóricas que moldaram seu pensamento, mas também as condições institucionais e históricas que favoreceram o desenvolvimento de suas ideias.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu em 13 de setembro de 1915, na cidade de Santo Amaro da Purificação, no estado da Bahia, região historicamente marcada por profundas desigualdades sociais e por uma complexa herança cultural resultante da experiência colonial e da escravidão. Esse contexto sociocultural exerceu influência importante sobre sua formação intelectual, especialmente no que se refere à sensibilidade crítica em relação às estruturas sociais brasileiras. Desde cedo, Guerreiro Ramos demonstrou interesse por temas relacionados à cultura, à política e à organização social, interesses que posteriormente orientariam sua trajetória acadêmica e profissional (Maia, 2015).

Sua formação educacional inicial ocorreu em instituições de ensino na Bahia, onde entrou em contato com correntes intelectuais diversas, incluindo filosofia, literatura e pensamento social. Durante sua juventude, Guerreiro Ramos participou ativamente de círculos culturais e literários, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma perspectiva humanista e interdisciplinar que marcaria sua obra futura. Nesse período, o autor também teve contato com debates sobre identidade nacional e cultura brasileira, temas que ocupavam posição central no ambiente intelectual do país nas primeiras décadas do século XX (Schwarcz; Starling, 2015).

Posteriormente, Guerreiro Ramos transferiu-se para o Rio de Janeiro, então capital federal e principal centro político e intelectual do país. A mudança para a capital representou um momento decisivo em sua trajetória, pois lhe proporcionou acesso a instituições acadêmicas, bibliotecas e círculos intelectuais que ampliaram significativamente suas possibilidades de formação e atuação intelectual. No Rio de Janeiro, o autor aprofundou seus estudos em ciências sociais e filosofia, consolidando uma base teórica que combinava referências clássicas da sociologia europeia com reflexões sobre a realidade brasileira (Ramos, 1996).

Durante esse período, Guerreiro Ramos também iniciou sua atuação profissional no serviço público, experiência que desempenhou papel relevante na formação de sua perspectiva analítica sobre o Estado e a administração pública. Sua participação em órgãos governamentais permitiu-lhe observar de perto o funcionamento das instituições estatais e as dificuldades enfrentadas pelo aparato administrativo brasileiro no processo de modernização. Essa vivência contribuiu para o desenvolvimento de uma abordagem crítica em relação à burocracia estatal e à importação acrítica de modelos administrativos estrangeiros, tema que posteriormente seria aprofundado em suas obras sobre teoria das organizações (Misoczky; Amantino-de-Andrade, 2005).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, Guerreiro Ramos consolidou-se como

um intelectual ativo no debate público brasileiro. Nesse período, publicou artigos, ensaios e livros nos quais discutia temas relacionados à sociologia, à administração pública e à formação social do Brasil. Sua produção intelectual destacava-se pela tentativa de articular reflexão teórica e análise da realidade nacional, característica que se tornaria um dos traços distintivos de sua obra. Para o autor, a sociologia deveria assumir uma função crítica e transformadora, contribuindo para a compreensão das contradições estruturais da sociedade brasileira e para a formulação de projetos de desenvolvimento nacional (Ramos, 1958).

Um dos momentos mais importantes de sua trajetória intelectual ocorreu com sua participação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição criada em 1955 com o objetivo de promover estudos e debates sobre os desafios do desenvolvimento nacional. O ISEB tornou-se um espaço privilegiado de produção intelectual e de articulação entre conhecimento científico e projeto político nacional, reunindo intelectuais comprometidos com a construção de uma interpretação crítica da realidade brasileira. Nesse ambiente, Guerreiro Ramos desenvolveu parte significativa de suas reflexões sobre sociologia, nacionalismo e desenvolvimento, estabelecendo diálogo com outros pensadores importantes do período (Bresser-Pereira, 2004).

No interior do ISEB, Guerreiro Ramos destacou-se pela elaboração do conceito de “redução sociológica”, uma proposta metodológica destinada a enfrentar o problema da dependência intelectual das ciências sociais brasileiras. Segundo o autor, a sociologia produzida no Brasil frequentemente reproduzia de forma acrítica teorias elaboradas em contextos históricos distintos, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, sem considerar as especificidades da formação social brasileira. A redução sociológica consistia, portanto, em um processo de filtragem crítica dessas teorias, no qual os conceitos e categorias analíticas deveriam ser reinterpretados à luz das condições concretas da sociedade brasileira (Ramos, 1958).

Essa proposta representava uma crítica direta ao que o autor denominava de “alienação cultural” das elites intelectuais brasileiras. Para Guerreiro Ramos, a dependência teórica em relação aos centros acadêmicos estrangeiros comprometia a capacidade da sociologia de compreender a realidade nacional e de contribuir para sua transformação. Nesse sentido, o autor defendia a necessidade de construir uma ciência social autenticamente brasileira, orientada pelas demandas históricas e sociais do país (Maia, 2015).

Além de sua atuação no campo da sociologia, Guerreiro Ramos também desenvolveu importantes contribuições no campo da administração pública e da teoria das organizações. Sua experiência no serviço público e seu interesse pelas questões relacionadas à racionalidade administrativa levaram-no a investigar os fundamentos teóricos das práticas organizacionais modernas. Em suas análises, o autor criticava a predominância da racionalidade instrumental nas organizações contemporâneas, argumentando que esse modelo de racionalidade tendia a reduzir a complexidade da vida social a critérios estritamente econômicos e utilitários (Ramos, 1981).

A partir dessa crítica, Guerreiro Ramos propôs a ideia de uma racionalidade substantiva, conceito que enfatiza a necessidade de considerar valores éticos, sociais e culturais na organização da vida coletiva. Essa perspectiva representava uma tentativa de ampliar os limites da teoria organizacional tradicional, incorporando dimensões humanas frequentemente negligenciadas pelas abordagens

dominantes. Embora essa linha de reflexão tenha sido desenvolvida com maior intensidade durante seu período de atuação nos Estados Unidos, suas bases teóricas já estavam presentes em suas reflexões sociológicas anteriores (Misoczky; Amantino-de-Andrade, 2005).

A ruptura institucional provocada pelo golpe militar de 1964 representou um momento decisivo na trajetória intelectual de Guerreiro Ramos. Como muitos outros intelectuais brasileiros, ele foi afastado de suas funções acadêmicas e institucionais, sendo posteriormente forçado ao exílio. Nos Estados Unidos, passou a lecionar em universidades e a desenvolver novas pesquisas no campo da teoria organizacional e da administração pública. Apesar da mudança de contexto, suas reflexões continuaram profundamente marcadas pela preocupação com os limites da racionalidade instrumental e com a necessidade de construir formas alternativas de organização social (Ramos, 1981).

Durante seu período no exterior, Guerreiro Ramos ampliou o alcance internacional de sua obra, dialogando com debates contemporâneos sobre teoria das organizações, desenvolvimento e racionalidade social. Paes de Paula (2007) observa que sua produção intelectual desse período evidencia a continuidade de sua preocupação com os problemas estruturais da modernidade e com os desafios relacionados à construção de sociedades mais justas e equilibradas. Nesse sentido, sua obra passou a dialogar não apenas com o pensamento social brasileiro, mas também com correntes internacionais de crítica à racionalidade econômica dominante.

A trajetória acadêmica e intelectual de Guerreiro Ramos revela, portanto, a construção de um pensamento profundamente comprometido com a análise crítica da sociedade e com a busca por alternativas teóricas capazes de superar os limites das abordagens tradicionais. Ao longo de sua carreira, o autor desenvolveu uma reflexão que combina rigor analítico, sensibilidade histórica e compromisso político, características que explicam a relevância duradoura de sua obra no campo das ciências sociais brasileiras.

GUERREIRO RAMOS E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO.

A análise da contribuição de Alberto Guerreiro Ramos ao pensamento social brasileiro exige situar sua obra no interior de uma tradição intelectual que, desde o final do século XIX e ao longo de todo o século XX, buscou interpretar as particularidades históricas, sociais e culturais da formação nacional. Como afirmam Cardoso e Faletto (1970), o pensamento social brasileiro constituiu-se como um campo de reflexão voltado à compreensão dos dilemas estruturais do país, incluindo questões relacionadas à herança colonial, à escravidão, à formação do Estado, às desigualdades sociais e aos desafios do desenvolvimento. Nesse contexto, a obra de Guerreiro Ramos destaca-se pela tentativa de construir uma sociologia crítica capaz de romper com a dependência intelectual e de contribuir para a formulação de um projeto nacional autônomo.

O pensamento social brasileiro desenvolveu-se inicialmente a partir de interpretações que procuravam explicar as origens e os obstáculos da modernização no país. Autores como Joaquim Nabuco, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha procuraram compreender os impactos da colonização portuguesa, da escravidão e da formação territorial na configuração da sociedade brasileira. Essas inter-

pretações inauguraram uma tradição de reflexão que buscava articular história, política e sociologia na análise das estruturas sociais do país (Schwarcz; Starling, 2015). Ao longo do século XX, essa tradição foi ampliada e aprofundada por intelectuais que passaram a investigar de forma sistemática os processos de formação social, cultural e econômica do Brasil.

Entre as décadas de 1930 e 1940, o pensamento social brasileiro alcançou um momento de grande vitalidade intelectual com a publicação de obras que se tornaram clássicas na interpretação da sociedade brasileira. Gilberto Freyre, com *Casa-Grande & Senzala* (1933), propôs uma interpretação inovadora sobre a formação da sociedade brasileira a partir das relações entre colonizadores portugueses, populações indígenas e africanos escravizados. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), analisou os padrões culturais e institucionais que influenciaram a formação do Estado brasileiro, destacando a persistência de relações personalistas e patrimonialistas. Já Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), apresentou uma interpretação de inspiração marxista sobre a estrutura econômica colonial e suas implicações para o desenvolvimento do país (Holanda, 1995; Freyre, 2003; Prado Júnior, 2011).

Esses autores contribuíram para consolidar um campo intelectual dedicado à interpretação da realidade brasileira, fornecendo bases teóricas e metodológicas para o desenvolvimento das ciências sociais no país. No entanto, a partir da década de 1950, novos debates passaram a ganhar centralidade no pensamento social brasileiro, especialmente aqueles relacionados ao problema do desenvolvimento econômico e à posição do Brasil no sistema internacional. O processo de industrialização acelerada, aliado às transformações políticas e sociais decorrentes da urbanização e da expansão do Estado, estimulou a emergência de interpretações voltadas à análise das condições necessárias para a superação do subdesenvolvimento (Bielschowsky, 2000).

Foi nesse contexto que se consolidou uma geração de intelectuais preocupados com a construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Esses pensadores procuravam compreender os obstáculos estruturais que impediam a modernização plena da sociedade brasileira e buscavam formular estratégias capazes de promover crescimento econômico, autonomia política e transformação social. A criação do ISEB, em 1955, representou um marco importante nesse processo, pois reuniu intelectuais de diferentes áreas do conhecimento em torno da tarefa de pensar o desenvolvimento nacional de forma integrada (Bresser-Pereira, 2004).

Alberto Guerreiro Ramos destacou-se nesse ambiente intelectual como um dos principais formuladores de uma crítica epistemológica ao pensamento social brasileiro. Embora reconhecesse a importância das interpretações clássicas sobre a formação do país, o autor argumentava que grande parte da produção sociológica brasileira permanecia excessivamente dependente de paradigmas teóricos elaborados em contextos históricos distintos. Para Guerreiro Ramos, essa dependência comprometia a capacidade das ciências sociais de compreender a realidade nacional em sua especificidade e de contribuir para sua transformação (Ramos, 1958).

A crítica de Guerreiro Ramos à dependência intelectual está diretamente relacionada ao conceito de “redução sociológica”, uma das contribuições mais conhecidas de sua obra. Esse conceito refere-se a um procedimento metodoló-

gico destinado a adaptar criticamente as teorias sociológicas produzidas em outros contextos às condições particulares da sociedade brasileira. Em vez de rejeitar completamente o pensamento sociológico internacional, o autor propunha uma estratégia de apropriação seletiva e crítica, na qual os conceitos importados deveriam ser reinterpretados à luz das necessidades históricas e sociais do país (Ramos, 1996).

Essa perspectiva refletia uma preocupação mais ampla com o problema da autonomia intelectual nas sociedades periféricas. Para Guerreiro Ramos, a dependência teórica em relação aos centros acadêmicos internacionais era um dos fatores que contribuíam para a reprodução das estruturas de subdesenvolvimento. Nesse sentido, a construção de um pensamento social autônomo deveria ser considerada parte integrante do processo de emancipação nacional. A sociologia, nesse contexto, não deveria limitar-se à análise descritiva da realidade, mas deveria desempenhar um papel ativo na formulação de projetos de transformação social (Maia, 2015).

A contribuição de Guerreiro Ramos ao pensamento social brasileiro também se destaca por sua tentativa de articular sociologia, política e administração pública em uma perspectiva integrada de análise da realidade social. Diferentemente de muitos de seus contemporâneos, que se concentraram predominantemente na interpretação histórica ou cultural da formação brasileira, o autor buscou desenvolver uma reflexão voltada à compreensão das instituições e das formas de organização social que estruturam a vida coletiva. Essa abordagem permitiu-lhe explorar temas como racionalidade administrativa, burocracia estatal e organização social, ampliando o escopo das ciências sociais brasileiras (Miszczky; Amantino-de-Andrade, 2005).

Outro aspecto relevante de sua contribuição refere-se à crítica da racionalidade instrumental dominante nas sociedades modernas. Influenciado por correntes da filosofia social e da teoria crítica, Guerreiro Ramos argumentava que a predominância de critérios estritamente econômicos na organização das instituições sociais conduzia à redução da vida humana a uma lógica utilitarista. Em oposição a essa tendência, o autor propôs o conceito de racionalidade substantiva, que enfatiza a necessidade de considerar valores éticos e sociais na organização da vida coletiva. Essa proposta representava uma tentativa de ampliar os horizontes da teoria social, incorporando dimensões normativas frequentemente negligenciadas pelas abordagens tradicionais (Ramos, 1981).

A originalidade da obra de Guerreiro Ramos também se manifesta em sua capacidade de dialogar com diferentes tradições teóricas sem se submeter inteiramente a nenhuma delas. Embora tenha sido influenciado por autores clássicos da sociologia, como Max Weber e Karl Mannheim, bem como por correntes do pensamento crítico europeu, sua produção intelectual caracteriza-se por um esforço constante de reinterpretar essas influências à luz da realidade brasileira. Essa postura permitiu-lhe desenvolver uma abordagem analítica que combina rigor teórico e sensibilidade histórica, elementos que explicam a relevância duradoura de sua obra (Maia, 2015).

No interior do pensamento social brasileiro, a obra de Guerreiro Ramos ocupa posição singular por articular crítica epistemológica, análise sociológica e projeto político. Sua reflexão sobre a necessidade de construir uma sociologia voltada à realidade nacional antecipou debates que posteriormente seriam retomados

por correntes críticas das ciências sociais latino-americanas, incluindo a teoria da dependência e os estudos sobre colonialidade do saber. Nesse sentido, sua contribuição pode ser interpretada como parte de um esforço mais amplo de descolonização do pensamento social nas sociedades periféricas (Cardoso; Faletto, 1970).

Além disso, sua obra oferece importantes subsídios para a compreensão do papel dos intelectuais na sociedade. Para Guerreiro Ramos, os cientistas sociais deveriam assumir responsabilidade ativa na interpretação dos problemas nacionais e na formulação de alternativas para sua superação. Essa concepção atribui às ciências sociais uma função pública e política, na medida em que o conhecimento produzido pelos intelectuais pode contribuir para orientar decisões coletivas e projetos de transformação social (Ramos, 1958). Dessa forma, a inserção de Guerreiro Ramos no pensamento social brasileiro revela-se marcada por uma postura crítica em relação às tradições estabelecidas e por um compromisso profundo com a construção de uma sociologia voltada à realidade nacional. Sua obra dialoga com as principais correntes de interpretação do Brasil, ao mesmo tempo em que propõe uma reflexão inovadora sobre os fundamentos epistemológicos das ciências sociais no país.

RELAÇÕES COM O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E O ISEB

A compreensão do pensamento sociológico de Guerreiro Ramos exige situá-lo no interior das transformações políticas e intelectuais que marcaram o Brasil nas décadas de 1950 e 1960, período em que se consolidou o ideário nacional-desenvolvimentista e emergiu um conjunto de instituições voltadas à reflexão estratégica sobre o desenvolvimento nacional. Entre essas instituições, destaca-se o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), espaço fundamental para a formulação de interpretações sobre a realidade brasileira e para a elaboração de projetos intelectuais comprometidos com a transformação estrutural do país (Bielschowsky, 2000; Ramos, 1996). Nesse contexto, Guerreiro Ramos desempenhou papel central, articulando uma sociologia crítica voltada à interpretação da sociedade brasileira e ao enfrentamento dos desafios da modernização nacional.

O nacional-desenvolvimentismo constituiu um paradigma político-intelectual que orientou parte significativa do pensamento social brasileiro no pós-Segunda Guerra Mundial. Em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de ideias que defendia a necessidade de intervenção ativa do Estado no processo de desenvolvimento econômico, bem como a construção de um projeto nacional capaz de superar o atraso estrutural herdado do período colonial e da dependência econômica internacional. Essa perspectiva ganhou força especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e se consolidou nos anos seguintes, influenciando tanto políticas públicas quanto debates acadêmicos e intelectuais (Bresser-Pereira, 2004; Bielschowsky, 2000).

Nesse cenário, o ISEB foi criado em 1955, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, com o objetivo de promover estudos sobre a realidade brasileira e formular interpretações capazes de orientar políticas de desenvolvimento nacional. O instituto reuniu intelectuais de diferentes áreas — filosofia, sociologia, economia e ciência política — que compartilhavam a preocupação com a construção de um projeto nacional autônomo. Entre seus principais membros estavam Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Roland Corbisier, Nelson Werneck Sodré e o

próprio Guerreiro Ramos, cujas contribuições ajudaram a consolidar o instituto como um dos centros mais importantes do pensamento social brasileiro na década de 1950 (Toledo, 1997; Pécaut, 1990).

A participação de Guerreiro Ramos no ISEB foi decisiva tanto para sua trajetória intelectual quanto para o desenvolvimento das reflexões do próprio instituto. Sua formação sociológica, aliada ao forte compromisso com a análise crítica da realidade brasileira, permitiu que ele se destacasse no debate sobre os fundamentos sociológicos do desenvolvimento nacional. Ramos defendia que a sociologia brasileira precisava romper com a dependência epistemológica em relação às teorias produzidas nos países centrais e construir instrumentos analíticos capazes de compreender a especificidade histórica e social do Brasil (Ramos, 1996).

Essa preocupação com a autonomia intelectual articulava-se diretamente com os pressupostos do nacional-desenvolvimentismo. Para Guerreiro Ramos, o desenvolvimento nacional não poderia ser reduzido a um processo meramente econômico; tratava-se de um fenômeno complexo, envolvendo dimensões sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, a sociologia deveria desempenhar um papel fundamental na interpretação da sociedade brasileira, contribuindo para a elaboração de estratégias de transformação social. Essa perspectiva aproximava Ramos das discussões desenvolvidas no âmbito do ISEB, onde a reflexão sobre o desenvolvimento nacional estava profundamente ligada à análise das estruturas sociais do país (Jaguaribe, 1962; Pécaut, 1990).

Um dos elementos centrais da contribuição de Guerreiro Ramos para o debate nacional-desenvolvimentista foi sua crítica à importação acrítica de modelos teóricos estrangeiros. Em sua obra *A redução sociológica*, publicada em 1958, o autor argumenta que as teorias sociológicas produzidas nos países centrais não poderiam ser aplicadas mecanicamente à realidade brasileira, pois foram formuladas em contextos históricos e sociais distintos. Assim, caberia aos intelectuais brasileiros realizar um processo de “redução sociológica”, isto é, adaptar criticamente os conceitos e teorias sociológicas às condições específicas da sociedade nacional (Ramos, 1996).

Essa proposta estava profundamente alinhada ao espírito intelectual do ISEB, que buscava construir uma interpretação autônoma da realidade brasileira. Entretanto, a posição de Guerreiro Ramos também apresentava especificidades em relação a outros pensadores do instituto. Enquanto alguns autores enfatizavam sobretudo a dimensão econômica do desenvolvimento, Ramos insistia na necessidade de compreender as transformações sociais e institucionais que deveriam acompanhar o processo de modernização. Para ele, o desenvolvimento nacional exigia não apenas crescimento econômico, mas também a construção de novas formas de organização social e política (Bresser-Pereira, 2004; Maia, 2015).

Outro aspecto relevante da atuação de Guerreiro Ramos no contexto do ISEB foi sua defesa do papel ativo dos intelectuais na transformação da sociedade. Inspirado em parte pela tradição do pensamento crítico europeu e pela experiência histórica de países em processo de modernização, Ramos argumentava que os cientistas sociais deveriam assumir uma posição comprometida com os problemas concretos da sociedade. Assim, a sociologia não deveria limitar-se à produção de conhecimento abstrato, mas contribuir diretamente para a elaboração de projetos de transformação social (Ramos, 1965).

Essa concepção do papel do intelectual estava em consonância com a pró-

pria missão do ISEB. O instituto não se configurava apenas como um centro acadêmico, mas também como um espaço de elaboração de projetos políticos e sociais voltados ao desenvolvimento nacional. Seus membros buscavam articular reflexão teórica e intervenção política, produzindo diagnósticos da realidade brasileira e propondo caminhos para a superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, o trabalho de Guerreiro Ramos inseria-se plenamente no horizonte intelectual do instituto (Toledo, 1997).

Contudo, conforme argumenta Serva (1997), é importante destacar que o pensamento de Guerreiro Ramos também apresentou tensões e divergências em relação a algumas posições predominantes no ISEB. Uma dessas tensões dizia respeito à interpretação das relações entre Estado, sociedade e desenvolvimento. Embora compartilhasse a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento, Ramos enfatizava a necessidade de uma análise sociológica mais profunda das estruturas sociais brasileiras, particularmente no que se refere às formas de organização burocrática e administrativa do Estado. Essa preocupação tornou-se ainda mais evidente em seus estudos posteriores sobre administração pública e teoria organizacional.

Além disso, Guerreiro Ramos manifestava certo ceticismo em relação a visões excessivamente otimistas sobre a capacidade do Estado de promover automaticamente o desenvolvimento nacional. Para ele, o processo de modernização dependia também de transformações culturais e institucionais que não poderiam ser impostas exclusivamente por políticas estatais. Assim, a construção de uma sociedade moderna exigia a formação de novas mentalidades, bem como a reorganização das instituições sociais e políticas (Ramos, 1965; Maia, 2015).

A trajetória de Guerreiro Ramos no ISEB foi abruptamente interrompida com o golpe militar de 1964. A instauração do regime autoritário levou ao fechamento do instituto e à dispersão de seus membros, muitos dos quais foram perseguidos ou afastados da vida pública. No caso de Ramos, a repressão política resultou em seu exílio e posterior carreira acadêmica nos Estados Unidos, onde continuou desenvolvendo reflexões importantes sobre teoria organizacional e administração pública (Serva, 1997).

Apesar do fim institucional do ISEB, as ideias desenvolvidas naquele espaço continuaram exercendo influência significativa no pensamento social brasileiro. No caso específico de Guerreiro Ramos, sua contribuição ao debate nacional-desenvolvimentista permaneceu relevante tanto para a sociologia quanto para os estudos sobre administração pública e desenvolvimento. Suas reflexões sobre autonomia intelectual, crítica ao colonialismo cultural e necessidade de construção de teorias sociais adequadas à realidade brasileira continuam sendo retomadas por pesquisadores contemporâneos (Maia, 2015; Bresser-Pereira, 2004).

Do ponto de vista histórico, a relação entre Guerreiro Ramos, o nacional-desenvolvimentismo e o ISEB contextualizam um momento singular da vida intelectual brasileira, no qual ciência social, política e projeto nacional estavam profundamente interligados. Nesse contexto, Serva (1997) analisa que a sociologia assumiu um papel estratégico na interpretação dos desafios do país, contribuindo para a formulação de propostas de transformação social e econômica. Assim, pode-se afirmar que a atuação de Guerreiro Ramos no âmbito do ISEB e sua interlocução com o nacional-desenvolvimentismo foram fundamentais para a consolidação de seu projeto intelectual.



Guerreiro Ramos e a sociologia

ciência da revolução brasileira



FUNDAMENTOS DA SOCIOLOGIA DE GUERREIRO RAMOS

A sociologia de Alberto Guerreiro Ramos constitui uma das contribuições mais originais do pensamento social brasileiro no século XX. Seu projeto intelectual buscou desenvolver uma reflexão sociológica comprometida com a compreensão das especificidades históricas da sociedade brasileira e com a formulação de instrumentos teóricos capazes de orientar processos de transformação social. Nesse sentido, a obra de Ramos caracteriza-se pela crítica à dependência epistemológica das ciências sociais latino-americanas em relação aos centros acadêmicos europeus e norte-americanos, bem como pela defesa de uma sociologia autônoma, capaz de interpretar a realidade nacional a partir de suas próprias categorias analíticas.

O ponto de partida da sociologia de Guerreiro Ramos reside na crítica ao que ele denominou de “colonialismo cultural”, fenômeno que se manifestava na reprodução acrítica de teorias sociais produzidas em contextos históricos distintos do brasileiro. Segundo o autor, grande parte da produção sociológica no Brasil limitava-se a importar conceitos e modelos explicativos desenvolvidos em sociedades industrializadas, sem considerar as especificidades estruturais das formações sociais periféricas. Essa postura implicava a reprodução de interpretações inadequadas da realidade nacional, dificultando a construção de um conhecimento sociológico genuinamente comprometido com os problemas brasileiros (Ramos, 1996).

Nesse contexto, Guerreiro Ramos propôs o conceito de “redução sociológica”, que constitui um dos fundamentos centrais de seu pensamento. A redução sociológica não significa rejeitar a produção teórica internacional, mas submetê-la a um processo crítico de adaptação às condições históricas e sociais do país. Em outras palavras, trata-se de um procedimento metodológico que visa identificar quais elementos das teorias sociológicas podem ser aproveitados na análise da realidade brasileira e quais devem ser reformulados ou rejeitados. Assim, a redução sociológica representa uma estratégia de autonomia intelectual, permitindo que os cientistas sociais desenvolvam interpretações mais adequadas às especificidades de suas sociedades (Ramos, 1996; Maia, 2015).

A proposta de Ramos insere-se em um debate mais amplo sobre a produção do conhecimento nas sociedades periféricas. Durante o século XX, diversos intelectuais latino-americanos passaram a questionar a universalidade das teorias sociais produzidas nos países centrais, argumentando que tais teorias frequentemente ignoravam as particularidades históricas das sociedades colonizadas ou dependentes. Nesse sentido, a sociologia de Guerreiro Ramos pode ser interpretada como uma contribuição pioneira para a crítica epistemológica do eurocentrismo nas ciências sociais (Quijano, 2005; Maia, 2015).

Outro fundamento importante da sociologia de Guerreiro Ramos é sua concepção do papel social da ciência. Para o autor, a sociologia não deveria limitar-se à produção de conhecimento descritivo sobre a sociedade, mas assumir uma função crítica e transformadora. Essa perspectiva está associada à ideia de que as ciências sociais possuem uma responsabilidade pública, devendo contribuir para a compreensão dos problemas nacionais e para a elaboração de alternativas de desenvolvimento social. Assim, a atividade científica não poderia ser dissociada das demandas históricas da sociedade em que se insere (Ramos, 1965).

Essa concepção aproxima o pensamento de Ramos de tradições sociológicas que enfatizam o caráter crítico das ciências sociais, como as perspectivas

associadas à sociologia do conhecimento e à teoria crítica. Entretanto, sua proposta apresenta uma especificidade importante: a centralidade atribuída à realidade nacional como ponto de referência para a produção do conhecimento sociológico. Na visão de Pécaut (1990), ao contrário de abordagens que privilegiam modelos universalistas de análise social, Ramos defendia que a sociologia deveria partir da experiência histórica concreta das sociedades periféricas, buscando compreender suas dinâmicas próprias e seus desafios específicos.

Outro aspecto fundamental da sociologia de Guerreiro Ramos diz respeito à sua reflexão sobre a relação entre indivíduo, sociedade e instituições. Influenciado por diferentes tradições intelectuais, incluindo a sociologia clássica e a filosofia social, o autor procurou compreender como as estruturas sociais moldam as formas de ação individual e coletiva. Nesse sentido, sua obra apresenta uma preocupação constante com a análise das instituições sociais e de seu papel na organização da vida social (Serva, 1997).

Particularmente relevante nesse campo é sua reflexão sobre a racionalidade social. Guerreiro Ramos criticou a predominância da chamada racionalidade instrumental nas sociedades modernas, isto é, uma forma de racionalidade orientada exclusivamente para a eficiência e para a maximização de resultados econômicos ou administrativos. Segundo Ramos (1981), essa concepção limitada de racionalidade reduz a complexidade da vida social a critérios técnicos, ignorando dimensões éticas, culturais e políticas fundamentais para a organização da sociedade.

Como alternativa, Ramos propôs a noção de racionalidade substantiva, que enfatiza a necessidade de orientar a ação social por valores e objetivos coletivos mais amplos. Essa perspectiva sugere que as decisões sociais não devem ser avaliadas apenas em termos de eficiência instrumental, mas também em função de sua contribuição para o bem-estar coletivo e para a realização de valores humanos fundamentais. Assim, a racionalidade substantiva representa uma tentativa de reintroduzir a dimensão ética no debate sobre organização social e desenvolvimento (Ramos, 1981; Serva, 1997).

Essa reflexão sobre racionalidade tornou-se especialmente relevante em seus estudos posteriores sobre teoria organizacional e administração pública. Em sua obra *A nova ciência das organizações*, publicada originalmente em inglês em 1981, Ramos desenvolveu uma crítica abrangente aos modelos dominantes de organização social baseados exclusivamente na lógica do mercado. Para o autor, a sociedade moderna tende a subordinar diversas esferas da vida social aos imperativos econômicos, produzindo uma forma de organização social desequilibrada e potencialmente desumanizante (Ramos, 1981).

Nesse sentido, Ramos propôs uma concepção mais pluralista da organização social, na qual diferentes tipos de instituições desempenham papéis complementares na vida coletiva. Em vez de reduzir todas as atividades humanas à lógica do mercado ou da burocracia, seria necessário reconhecer a existência de múltiplas formas de organização social, incluindo comunidades, associações voluntárias e instituições culturais. Essa perspectiva amplia o horizonte da sociologia organizacional, permitindo uma compreensão mais complexa das dinâmicas sociais contemporâneas (Serva, 1997; Maia, 2015).

Outro elemento central da sociologia de Guerreiro Ramos é sua preocupação com o processo de modernização nas sociedades periféricas. Ao longo de

sua obra, o autor procurou analisar os desafios enfrentados por países como o Brasil na transição para formas mais complexas de organização social e econômica. Diferentemente de abordagens que concebiam a modernização como um processo linear de imitação dos modelos europeus ou norte-americanos, Ramos defendia que cada sociedade deveria encontrar seus próprios caminhos de desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2004).

Essa posição está diretamente relacionada à sua crítica ao universalismo abstrato presente em parte da teoria social ocidental. Para Ramos, a ideia de que todas as sociedades deveriam seguir o mesmo modelo de desenvolvimento ignorava as profundas diferenças históricas e culturais existentes entre elas. Assim, a sociologia deveria reconhecer a diversidade das trajetórias históricas e buscar compreender como diferentes sociedades constroem suas próprias formas de modernidade (Maia, 2015).

No caso brasileiro, essa perspectiva implicava a necessidade de analisar cuidadosamente as características específicas da formação social do país, incluindo sua herança colonial, suas desigualdades estruturais e suas particularidades culturais. Somente a partir dessa análise seria possível elaborar estratégias de desenvolvimento capazes de responder às necessidades concretas da sociedade brasileira. Nesse sentido, a sociologia de Guerreiro Ramos apresenta um forte compromisso com a interpretação crítica da realidade nacional (Pécaut, 1990).

Além disso, sua obra destaca a importância da autonomia intelectual na produção do conhecimento sociológico. Para Ramos, a dependência teórica em relação aos centros acadêmicos internacionais representava um obstáculo significativo para o desenvolvimento das ciências sociais nos países periféricos. Assim, a construção de uma sociologia autônoma constituía uma condição essencial para a elaboração de interpretações mais adequadas da realidade social e para a formulação de projetos de transformação nacional (Ramos, 1996).

Nesse sentido, os fundamentos da sociologia de Guerreiro Ramos podem ser compreendidos a partir de três eixos principais: a crítica ao colonialismo cultural nas ciências sociais, a defesa da autonomia intelectual na produção do conhecimento e a valorização do papel transformador da sociologia na sociedade. Maia (2015) compreende que esses elementos se articulam em um projeto teórico que busca superar a dependência epistemológica das sociedades periféricas e contribuir para a construção de uma ciência social comprometida com os desafios históricos do Brasil.

CRÍTICA À SOCIOLOGIA TRADICIONAL E AO PENSAMENTO IMPORTADO

A crítica à sociologia tradicional e ao pensamento importado constitui um dos pilares fundamentais da obra de Alberto Guerreiro Ramos. Ao longo de sua trajetória intelectual, o autor dedicou-se a examinar os limites epistemológicos e metodológicos da sociologia produzida nos países periféricos, especialmente no Brasil, denunciando o que considerava um processo de dependência cultural e teórica em relação aos centros hegemônicos de produção do conhecimento. Nesse sentido, sua reflexão insere-se em um esforço mais amplo de construção de uma sociologia autônoma, capaz de interpretar a realidade brasileira a partir de suas próprias condições históricas e sociais.

O ponto de partida da crítica de Guerreiro Ramos está relacionado ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil ao longo da primeira metade do século XX. Nesse período, a sociologia brasileira foi fortemente influenciada por tradições intelectuais europeias e norte-americanas, particularmente pelas correntes positivistas, funcionalistas e empiristas. Embora essas correntes tenham contribuído para a consolidação acadêmica da disciplina, também favoreceram a reprodução de esquemas teóricos concebidos para interpretar sociedades com trajetórias históricas distintas da brasileira (Pécaut, 1990).

Segundo Ramos (1996), essa situação gerou um fenômeno que ele denominou de “alienação sociológica”. Tal alienação manifestava-se na tendência de muitos intelectuais brasileiros a adotarem teorias estrangeiras como modelos universais de interpretação da realidade social, sem considerar as diferenças estruturais entre as sociedades centrais e as sociedades periféricas. Como consequência, a sociologia produzida no país frequentemente apresentava diagnósticos inadequados da realidade nacional, reproduzindo categorias analíticas que não correspondiam às especificidades da formação social brasileira.

A crítica de Guerreiro Ramos ao pensamento importado não deve ser interpretada como uma rejeição absoluta da produção intelectual internacional. Pelo contrário, o autor reconhecia a importância das tradições sociológicas clássicas e contemporâneas para o desenvolvimento das ciências sociais. Contudo, ele defendia que a apropriação dessas teorias deveria ocorrer de maneira crítica e seletiva, por meio de um processo de adaptação às condições históricas e culturais das sociedades periféricas. Esse procedimento foi sistematizado pelo autor no conceito de “redução sociológica”, que representa um dos elementos centrais de sua proposta teórica (Ramos, 1996; Maia, 2015).

A redução sociológica consiste, essencialmente, em um método de filtragem crítica das teorias sociais produzidas em contextos estrangeiros. Segundo Ramos, os cientistas sociais dos países periféricos devem submeter os conceitos e modelos teóricos importados a um processo de análise que permita identificar sua pertinência para a interpretação da realidade local. Assim, a redução sociológica não implica o abandono das teorias estrangeiras, mas sua transformação em instrumentos analíticos adequados às especificidades da sociedade em questão (Ramos, 1996).

Essa proposta possui implicações epistemológicas profundas para o desenvolvimento das ciências sociais. Ao questionar a universalidade das teorias sociológicas produzidas nos países centrais, Ramos coloca em evidência o caráter historicamente situado do conhecimento científico. Em outras palavras, ele argumenta que as teorias sociais são elaboradas em contextos históricos específicos e refletem as experiências e os problemas das sociedades em que são produzidas. Portanto, sua aplicação em outras realidades requer um processo de adaptação crítica (Maia, 2015; Quijano, 2005).

A crítica ao pensamento importado também está relacionada à análise de Ramos sobre o fenômeno do colonialismo cultural. Para o autor, a dependência teórica das sociedades periféricas em relação aos centros hegemônicos de produção do conhecimento constitui uma forma de dominação simbólica que reproduz as hierarquias estabelecidas no sistema internacional. Nesse contexto, a reprodução acrítica de teorias estrangeiras contribui para a perpetuação de uma visão subordinada da realidade nacional, dificultando o desenvolvimento

de perspectivas analíticas autônomas (Ramos, 1996).

Essa reflexão aproxima o pensamento de Guerreiro Ramos de debates contemporâneos sobre a colonialidade do saber e a crítica ao eurocentrismo nas ciências sociais. Diversos autores latino-americanos têm argumentado que a produção acadêmica global continua marcada por profundas assimetrias, nas quais os países centrais exercem forte influência sobre as agendas de pesquisa e os paradigmas teóricos dominantes. Nesse sentido, a proposta de Ramos pode ser considerada uma antecipação de discussões que se tornariam mais explícitas nas décadas seguintes (Quijano, 2005; Maia, 2015).

Outro aspecto relevante da crítica de Ramos à sociologia tradicional refere-se à predominância de abordagens excessivamente abstratas e descontextualizadas na análise da realidade social. Segundo o autor, muitos sociólogos tendiam a privilegiar a construção de modelos teóricos generalizantes, frequentemente inspirados em experiências europeias ou norte-americanas, em detrimento da análise concreta das condições históricas das sociedades periféricas. Essa tendência resultava em interpretações que ignoravam as particularidades da formação social brasileira, como sua herança colonial, suas desigualdades estruturais e suas especificidades culturais (Pécaut, 1990).

Para superar esse problema, Ramos (1965) defendia a necessidade de uma sociologia comprometida com a análise empírica da realidade nacional. Essa sociologia deveria partir da observação das estruturas sociais concretas do país, buscando compreender suas dinâmicas internas e seus processos históricos específicos. Somente a partir desse esforço seria possível construir interpretações sociológicas capazes de orientar políticas públicas e projetos de transformação social.

Essa perspectiva está diretamente relacionada à concepção de ciência defendida pelo autor. Para Ramos, as ciências sociais possuem uma responsabilidade pública, devendo contribuir para a compreensão dos problemas enfrentados pela sociedade e para a formulação de alternativas de desenvolvimento. Assim, a sociologia não poderia limitar-se à produção de conhecimento abstrato ou puramente acadêmico, mas deveria desempenhar um papel ativo na reflexão sobre os desafios históricos da nação (Ramos, 1965).

No contexto brasileiro, Toledo (1997) observa que essa concepção da sociologia como instrumento de interpretação e transformação social encontrou expressão particularmente significativa no ambiente intelectual do ISEB, do qual Guerreiro Ramos foi um dos principais integrantes. No âmbito do ISEB, diversos intelectuais procuraram desenvolver interpretações da realidade brasileira orientadas pela preocupação com o desenvolvimento nacional e com a superação do subdesenvolvimento.

Embora compartilhasse com outros membros do instituto a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento, Ramos apresentou uma abordagem própria no que se refere ao papel da sociologia nesse processo. Enquanto alguns autores enfatizavam principalmente a dimensão econômica do desenvolvimento, Ramos insistia na importância de compreender as estruturas sociais e culturais que condicionam o funcionamento da sociedade. Para ele, a transformação econômica não poderia ser dissociada de mudanças institucionais e culturais mais amplas (Bresser-Pereira, 2004).

A crítica ao pensamento importado também levou Ramos a refletir sobre

o papel dos intelectuais na sociedade brasileira. Segundo o autor, os cientistas sociais dos países periféricos frequentemente se encontravam em uma posição ambígua, divididos entre a influência das tradições acadêmicas estrangeiras e a necessidade de responder aos problemas concretos de suas próprias sociedades. Essa situação exigia um esforço consciente de superação da dependência cultural, por meio da construção de perspectivas analíticas enraizadas na experiência histórica nacional (Ramos, 1996).

Nesse sentido, a sociologia proposta por Guerreiro Ramos assume um caráter profundamente reflexivo e autocrítico. O autor não apenas analisa a realidade social, mas também questiona as próprias condições de produção do conhecimento sociológico. Ao fazê-lo, ele contribui para ampliar o horizonte epistemológico das ciências sociais, destacando a importância de considerar as relações de poder e as desigualdades globais que influenciam a produção do saber (Maia, 2015).

Para Maia (2015), essa relevância dessa crítica torna-se ainda mais evidente quando se considera o contexto contemporâneo das ciências sociais. Em um cenário marcado pela intensificação das trocas acadêmicas internacionais e pela crescente circulação de teorias e metodologias entre diferentes países, a questão da autonomia intelectual continua sendo um tema central para os pesquisadores das sociedades periféricas. Nesse sentido, as reflexões de Guerreiro Ramos permanecem atuais, oferecendo importantes contribuições para o debate sobre a produção do conhecimento em contextos marcados por desigualdades globais.

A NOÇÃO DE “REDUÇÃO SOCIOLÓGICA”

A noção de “redução sociológica” constitui um dos conceitos mais originais e influentes da obra de Alberto Guerreiro Ramos, representando o núcleo de sua proposta epistemológica para as ciências sociais nos países periféricos. Formulada de maneira sistemática em sua obra *A redução sociológica*, dada a lume, originalmente, em 1958, essa categoria analítica expressa a tentativa do autor de enfrentar um problema central da produção intelectual brasileira: a dependência teórica em relação às tradições sociológicas europeias e norte-americanas. Nesse sentido, a redução sociológica pode ser compreendida como um método crítico de apropriação do conhecimento sociológico, destinado a adequar conceitos e teorias produzidos em contextos estrangeiros às condições históricas e sociais específicas das sociedades periféricas (Ramos, 1996).

A formulação dessa proposta está profundamente vinculada ao contexto histórico em que Guerreiro Ramos desenvolveu sua reflexão. Durante a primeira metade do século XX, as ciências sociais no Brasil passaram por um processo de institucionalização marcado pela forte influência de paradigmas intelectuais estrangeiros. Correntes como o positivismo, o funcionalismo e o empirismo norte-americano exerceram papel decisivo na formação das primeiras gerações de sociólogos brasileiros, contribuindo para a consolidação acadêmica da disciplina. Contudo, essa influência também produziu efeitos problemáticos, na medida em que muitos pesquisadores passaram a adotar teorias elaboradas em contextos sociais distintos como modelos universais de interpretação da realidade brasileira (Pécaut, 1990).

Para Guerreiro Ramos, essa situação configurava um quadro de dependência intelectual que comprometia a capacidade das ciências sociais de compreender adequadamente a sociedade nacional. O autor argumentava que as teorias sociológicas não são instrumentos neutros ou universalmente aplicáveis, mas produtos de contextos históricos específicos, refletindo as experiências e os problemas das sociedades em que são elaboradas. Dessa forma, sua aplicação direta em outras realidades sociais pode resultar em interpretações distorcidas ou inadequadas (Ramos, 1996).

É nesse contexto que emerge a proposta da redução sociológica. Segundo Ramos, os cientistas sociais dos países periféricos devem submeter as teorias sociológicas estrangeiras a um processo de análise crítica que permita identificar quais de seus elementos são relevantes para a interpretação da realidade local. Esse processo envolve a seleção, adaptação e reformulação dos conceitos teóricos, de modo a torná-los compatíveis com as condições históricas e culturais da sociedade analisada. Assim, a redução sociológica constitui um procedimento metodológico voltado à construção de uma sociologia autônoma, capaz de dialogar com a produção internacional sem submeter-se a ela de forma acrítica (Ramos, 1996; Maia, 2015).

A proposta de Ramos possui importantes implicações epistemológicas. Ao questionar a universalidade das teorias sociológicas produzidas nos países centrais, o autor chama atenção para o caráter situado do conhecimento científico. Isso significa reconhecer que as categorias analíticas utilizadas pelas ciências sociais são moldadas pelas experiências históricas das sociedades em que surgem. Portanto, sua aplicação em contextos diferentes exige um processo de reflexão crítica que leve em conta as especificidades locais (Maia, 2015).

Nesse sentido, a redução sociológica pode ser interpretada como um método de descolonização epistemológica. Ao propor que os cientistas sociais das sociedades periféricas desenvolvam interpretações baseadas em suas próprias realidades históricas, Ramos contribui para questionar a hierarquia global de produção do conhecimento que coloca os países centrais como fontes privilegiadas de teoria e os países periféricos como meros consumidores intelectuais. Essa crítica antecipa debates contemporâneos sobre a colonialidade do saber e a necessidade de construir epistemologias alternativas no Sul global (Quijano, 2005; Maia, 2015).

Outro aspecto importante da noção de redução sociológica refere-se à sua dimensão metodológica. Para Ramos, a construção de uma sociologia autônoma exige que os pesquisadores desenvolvam uma atitude reflexiva em relação aos instrumentos teóricos que utilizam. Isso implica examinar criticamente as origens e os pressupostos das teorias sociológicas, bem como avaliar sua adequação às condições sociais concretas que se pretende analisar. Em outras palavras, a redução sociológica não é apenas um procedimento técnico, mas também uma postura intelectual orientada pela consciência crítica das condições de produção do conhecimento (Ramos, 1996).

A aplicação desse método envolve diversas etapas. Em primeiro lugar, o pesquisador deve identificar os conceitos e modelos teóricos que pretende utilizar na análise de determinado fenômeno social. Em seguida, é necessário examinar o contexto histórico em que esses conceitos foram elaborados, buscando compreender as condições sociais que lhes deram origem. Por fim, o cientista social

deve avaliar em que medida tais conceitos podem ser adaptados à realidade que está sendo estudada, realizando as modificações necessárias para torná-los analiticamente pertinentes (Ramos, 1996).

Essa abordagem permite evitar dois extremos frequentemente presentes no debate sobre a produção do conhecimento nas sociedades periféricas. De um lado, a simples reprodução de teorias estrangeiras, que ignora as especificidades da realidade local; de outro, o isolamento intelectual, que rejeita qualquer diálogo com a produção internacional. A redução sociológica busca justamente estabelecer um equilíbrio entre esses dois polos, promovendo uma apropriação crítica das teorias sociológicas capaz de enriquecer a análise da realidade nacional (Maia, 2015).

No caso brasileiro, a proposta de Ramos assume particular relevância devido às características históricas da formação social do país. O Brasil possui uma trajetória marcada pela colonização, pela dependência econômica e pela desigualdade estrutural, fatores que influenciaram profundamente seu processo de desenvolvimento social e político. Nesse contexto, a aplicação direta de modelos teóricos elaborados para interpretar sociedades industrializadas pode obscurecer aspectos fundamentais da realidade brasileira, como as formas específicas de organização social e as particularidades de sua estrutura de classes (Pécaut, 1990).

A redução sociológica, portanto, constitui uma tentativa de construir instrumentos analíticos capazes de captar essas especificidades. Ao enfatizar a importância de partir da experiência histórica concreta da sociedade brasileira, Ramos propõe uma sociologia voltada para a interpretação crítica das condições nacionais. Essa perspectiva aproxima seu pensamento de outras tradições intelectuais latino-americanas que buscaram desenvolver teorias sociais enraizadas nas realidades regionais (Quijano, 2005).

Outro elemento central da redução sociológica é sua relação com o conceito de consciência crítica. Para Ramos (1996), a construção de uma sociologia autônoma depende da capacidade dos intelectuais de reconhecer as limitações das teorias importadas e de desenvolver uma postura reflexiva em relação ao conhecimento que produzem. Essa consciência crítica envolve não apenas a análise dos instrumentos teóricos disponíveis, mas também a reflexão sobre o papel social dos cientistas sociais e sua responsabilidade na interpretação da realidade nacional.

Nesse sentido, a proposta de Ramos também possui uma dimensão política. Ao defender a necessidade de uma sociologia comprometida com a compreensão dos problemas nacionais, o autor atribui às ciências sociais um papel ativo no processo de desenvolvimento da sociedade. Para ele, o conhecimento sociológico deve contribuir para a formulação de diagnósticos sobre a realidade social e para a elaboração de estratégias capazes de enfrentar os desafios históricos do país (Ramos, 1965).

Essa concepção do papel da sociologia está relacionada ao ambiente intelectual em que Ramos desenvolveu grande parte de sua obra, particularmente ao contexto do ISEB. No âmbito dessa instituição, diversos intelectuais procuraram elaborar interpretações da realidade brasileira orientadas pela preocupação com o desenvolvimento nacional e com a superação do subdesenvolvimento. A redução sociológica insere-se nesse esforço coletivo de construção de uma refle-

xão crítica sobre os problemas do país (Toledo, 1997).

Apesar de sua formulação inicial ter ocorrido na década de 1950, a noção de redução sociológica continua sendo objeto de debate na sociologia contemporânea. Diversos pesquisadores, como Maia (2015), têm retomado o conceito para discutir questões relacionadas à produção do conhecimento em contextos periféricos e às relações de poder que estruturam o sistema acadêmico global. Nesse sentido, a obra de Ramos permanece relevante para a reflexão sobre os desafios enfrentados pelas ciências sociais no mundo contemporâneo.

Além disso, a redução sociológica pode ser interpretada como uma contribuição importante para o desenvolvimento de uma sociologia reflexiva e crítica. Ao enfatizar a necessidade de examinar as condições históricas de produção do conhecimento, Ramos (1965) antecipa preocupações que se tornariam centrais em correntes posteriores da teoria social, como a sociologia do conhecimento e os estudos pós-coloniais. Sua obra demonstra que a análise da realidade social deve estar sempre acompanhada de uma reflexão sobre os instrumentos teóricos utilizados para interpretá-la.

SOCIOLOGIA CRÍTICA E COMPROMISSO COM A REALIDADE NACIONAL

A sociologia desenvolvida por Guerreiro Ramos caracteriza-se por uma profunda orientação crítica e por um forte compromisso com a interpretação da realidade nacional. Esse duplo fundamento, crítica sociológica e engajamento com os problemas concretos da sociedade brasileira, constitui um dos elementos centrais de sua produção intelectual e explica a relevância duradoura de sua obra no campo do pensamento social brasileiro.

A concepção de sociologia crítica elaborada por Guerreiro Ramos parte da premissa de que o conhecimento social não pode ser dissociado do contexto histórico em que é produzido. As teorias sociológicas, segundo o autor, não constituem sistemas abstratos de ideias desvinculados da realidade social, mas instrumentos analíticos que refletem as experiências e os problemas das sociedades em que surgem. Dessa forma, a sociologia deve ser compreendida como uma atividade intelectual profundamente situada, cuja relevância depende de sua capacidade de interpretar os processos históricos concretos que estruturam a vida social (Ramos, 1996).

Nesse sentido, Ramos (1996) rejeita a ideia de uma sociologia neutra ou puramente técnica. Para ele, a produção do conhecimento sociológico está inevitavelmente relacionada às condições políticas, culturais e econômicas da sociedade. Assim, o cientista social não pode assumir uma postura de neutralidade absoluta diante dos problemas sociais, pois sua própria atividade intelectual envolve escolhas teóricas e metodológicas que possuem implicações políticas e sociais. Essa perspectiva aproxima o pensamento de Ramos de tradições sociológicas que enfatizam o caráter crítico das ciências sociais, como a sociologia do conhecimento e a teoria crítica (Pécaut, 1990).

Contudo, a proposta de Ramos (1958) apresenta uma especificidade importante: a centralidade atribuída à realidade nacional como ponto de referência para a produção do conhecimento sociológico. Enquanto muitas correntes so-

ciológicas buscavam desenvolver modelos teóricos universalistas, o autor defendia que a sociologia deveria partir da análise concreta das sociedades em que se desenvolve. No caso brasileiro, isso significava reconhecer as particularidades históricas da formação social do país, incluindo sua herança colonial, suas desigualdades estruturais e suas especificidades culturais (Maia, 2015).

A defesa de uma sociologia comprometida com a realidade nacional está diretamente relacionada à crítica de Ramos ao fenômeno da dependência intelectual. Como discutido em seções anteriores, o autor argumentava que grande parte da sociologia produzida no Brasil reproduzia modelos teóricos importados dos países centrais, sem considerar as diferenças históricas entre essas sociedades e a realidade brasileira. Essa prática resultava em interpretações inadequadas dos problemas nacionais, dificultando a elaboração de diagnósticos precisos sobre a estrutura social do país (Ramos, 1996).

Para superar essa limitação, Ramos (1996) propôs a construção de uma sociologia capaz de interpretar a realidade brasileira a partir de suas próprias condições históricas. Essa proposta está intimamente ligada ao conceito de redução sociológica, que busca promover uma apropriação crítica das teorias estrangeiras por meio de sua adaptação às especificidades da sociedade nacional. Nesse contexto, a sociologia crítica defendida por Ramos não se limita a questionar a validade universal das teorias sociológicas, mas também procura desenvolver instrumentos analíticos capazes de captar as particularidades da experiência histórica brasileira (Maia, 2015; Ramos, 1996).

Outro elemento central da sociologia crítica de Guerreiro Ramos é sua concepção do papel social do intelectual. Para o autor, os cientistas sociais não devem limitar-se à observação distante da realidade social, mas assumir uma postura ativa na interpretação e no enfrentamento dos problemas da sociedade. Isso significa que a produção do conhecimento sociológico deve estar orientada por um compromisso com o desenvolvimento social e com a transformação das estruturas que perpetuam desigualdades e injustiças (Ramos, 1965).

Essa concepção do papel do intelectual está relacionada ao contexto político e intelectual em que Ramos desenvolveu sua obra, particularmente ao ambiente do ISEB. O ISEB reuniu um grupo de intelectuais interessados em compreender os desafios do desenvolvimento nacional e em formular propostas capazes de orientar a transformação da sociedade brasileira. Nesse espaço, a sociologia foi concebida como uma ferramenta fundamental para a análise das condições estruturais do país e para a elaboração de estratégias de desenvolvimento (Toledo, 1997).

No âmbito do ISEB, Guerreiro Ramos destacou-se por sua defesa de uma abordagem sociológica que articulasse análise científica e compromisso político. Para ele, o desenvolvimento nacional não poderia ser compreendido apenas como um processo econômico, mas deveria ser analisado em suas dimensões sociais, culturais e institucionais. Assim, a sociologia teria um papel essencial na identificação dos obstáculos estruturais que impediam o avanço da sociedade brasileira, bem como na formulação de alternativas para sua superação (Bresser-Pereira, 2004).

Toledo (1997) afirma que a sociologia crítica proposta por Ramos também envolve uma reflexão sobre as condições históricas do subdesenvolvimento. O autor argumentava que o atraso econômico e social das sociedades periféricas não poderia ser explicado apenas por fatores internos, mas estava relacionado à

inserção dessas sociedades em um sistema internacional marcado por profundas desigualdades. Nesse contexto, a análise sociológica deveria considerar tanto as dinâmicas internas da sociedade quanto as relações de dependência que estruturam o sistema mundial (Maia, 2015).

Essa perspectiva aproxima o pensamento de Ramos de outras correntes do pensamento latino-americano que procuraram compreender o fenômeno do subdesenvolvimento a partir de uma abordagem histórica e estrutural. Embora sua obra não se identifique diretamente com a teoria da dependência, ela compartilha com essa tradição a preocupação em analisar as relações entre desenvolvimento nacional e estrutura do sistema internacional (Bresser-Pereira, 2004).

Maia (2015) analisa que o pensamento de Guerreiro Ramos refere-se à sua reflexão sobre o papel das instituições sociais no processo de desenvolvimento. O autor argumentava que o progresso econômico não poderia ser sustentado sem transformações institucionais que permitissem a construção de uma sociedade mais equilibrada e integrada. Nesse sentido, a sociologia deveria contribuir para a análise das instituições políticas, administrativas e culturais que organizam a vida social, identificando seus limites e potencialidades (Ramos, 1965).

Essa preocupação com as instituições sociais está relacionada à sua crítica à racionalidade instrumental dominante nas sociedades modernas. Ramos argumentava que muitas organizações sociais tendem a privilegiar critérios de eficiência técnica e econômica em detrimento de valores sociais mais amplos. Essa lógica instrumental pode levar à subordinação de diversas dimensões da vida social aos imperativos do mercado ou da burocracia, produzindo formas de organização social que não necessariamente promovem o bem-estar coletivo (Ramos, 1981).

Como alternativa, o autor propôs a valorização de uma racionalidade substantiva, capaz de orientar a ação social com base em valores éticos e objetivos coletivos. Essa perspectiva sugere que as decisões sociais devem ser avaliadas não apenas em termos de eficiência, mas também em função de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Assim, Serva (1997) compreende que a sociologia crítica defendida por Ramos busca integrar análise científica e reflexão normativa, reconhecendo a importância dos valores na organização da vida social.

A relevância contemporânea da sociologia crítica de Guerreiro Ramos pode ser observada na crescente valorização de perspectivas teóricas que enfatizam a importância do contexto histórico e cultural na produção do conhecimento social. Nos últimos anos, debates sobre epistemologias do Sul, descolonização do conhecimento e crítica ao eurocentrismo têm ganhado destaque nas ciências sociais, reforçando a importância de abordagens que reconheçam a diversidade das experiências históricas e das formas de produção do saber (Maia, 2015; Quijano, 2005).

Nesse contexto, a obra de Ramos pode ser interpretada como uma contribuição pioneira para a construção de uma sociologia comprometida com a realidade das sociedades periféricas. Ao enfatizar a necessidade de autonomia intelectual e de reflexão crítica sobre as condições de produção do conhecimento, o autor antecipou debates que se tornariam centrais nas ciências sociais contemporâneas.

A CENTRALIDADE DO SUJEITO HISTÓRICO E DA AÇÃO SOCIAL

A reflexão sociológica crítica desenvolvida no contexto latino-americano, particularmente no Brasil, atribui papel central à categoria de sujeito histórico como elemento indispensável para a compreensão da dinâmica social e para a construção de um pensamento social comprometido com a transformação da realidade. A valorização do sujeito histórico constitui, nesse sentido, uma reação à tradição positivista e estruturalista que marcou parte significativa do desenvolvimento das ciências sociais, especialmente no período de institucionalização da sociologia acadêmica. Nessas tradições teóricas, conforme observa Gohn (2011), o indivíduo frequentemente aparece subordinado às estruturas sociais ou aos sistemas normativos, sendo reduzido a mero portador de funções ou posições estruturais. Em contraste, a sociologia crítica busca recuperar a dimensão ativa da ação humana, compreendendo os indivíduos e coletividades como agentes capazes de interpretar, resistir e transformar as condições históricas em que se encontram.

A noção de sujeito histórico possui raízes profundas na tradição da teoria social clássica. Em Karl Marx, por exemplo, o processo histórico é concebido como resultado da ação dos homens em determinadas condições materiais de existência. Embora essas condições sejam herdadas de gerações anteriores, os indivíduos não são simples produtos passivos das estruturas econômicas e sociais. Pelo contrário, a história é concebida como processo dialético no qual os seres humanos produzem sua própria vida social ao mesmo tempo em que transformam as estruturas que os condicionam. Marx sintetiza essa concepção ao afirmar que “os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 2011).

Essa formulação evidencia que a centralidade do sujeito histórico não implica a negação das determinações estruturais, mas sim o reconhecimento da relação dialética entre estrutura e agência. Nesse sentido, a ação social torna-se elemento fundamental para compreender os processos históricos e as transformações sociais. A sociologia crítica latino-americana, ao incorporar essa perspectiva, enfatiza que os sujeitos coletivos — como classes sociais, movimentos populares, organizações políticas e grupos culturais — desempenham papel decisivo na configuração das estruturas sociais e na construção de projetos históricos alternativos (Fernandes, 2008).

A sociologia compreensiva de Max Weber também contribui de maneira significativa para a valorização da ação social como categoria analítica fundamental. Para Weber, a sociologia deve compreender a ação social na medida em que ela é dotada de sentido pelos próprios atores. Nesse contexto, a ação social é definida como aquela que se orienta pelo comportamento de outros indivíduos, sendo interpretada a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos. Tal abordagem rompe com perspectivas deterministas que tratam os indivíduos como meros efeitos de forças estruturais, destacando a importância da subjetividade, da interpretação e da racionalidade na constituição da vida social (Weber, 2004).

A centralidade da ação social na sociologia weberiana abre espaço para uma análise mais complexa das práticas sociais, permitindo compreender como diferentes orientações de sentido influenciam os processos históricos. Weber (2004) identifica distintos tipos de ação social — racional com relação a fins, racional

com relação a valores, afetiva e tradicional — mostrando que as condutas humanas não podem ser reduzidas a uma lógica única ou exclusivamente econômica. Essa diversidade de motivações reforça a ideia de que a sociedade é continuamente produzida e reproduzida por sujeitos capazes de interpretar e agir sobre o mundo social.

No contexto latino-americano, a reflexão sobre o sujeito histórico ganha particular relevância diante das condições históricas de dependência, desigualdade e subdesenvolvimento que caracterizam a região. A sociologia crítica desenvolvida no Brasil e em outros países da América Latina enfatiza que a compreensão dessas realidades exige reconhecer o papel dos sujeitos coletivos na luta por autonomia política, desenvolvimento econômico e transformação social. Nesse sentido, autores como Florestan Fernandes destacam que os processos de mudança social dependem da capacidade das classes e grupos sociais de se organizarem politicamente e de atuarem como agentes conscientes na construção de novos projetos históricos (Fernandes, 2008).

A valorização do sujeito histórico também se manifesta nas reflexões de pensadores que analisaram as especificidades da formação social brasileira. A interpretação da sociedade brasileira frequentemente destaca a importância das relações de poder, das estruturas de dominação e das desigualdades herdadas do período colonial e escravista. Entretanto, a sociologia crítica procura evitar interpretações que apresentem essas estruturas como determinantes absolutos, enfatizando a capacidade de ação dos diferentes grupos sociais. Movimentos sociais, organizações populares e iniciativas políticas são compreendidos como expressões da agência coletiva que desafiam as formas estabelecidas de dominação (Ianni, 2004).

Nesse contexto, a noção de sujeito histórico assume também uma dimensão política. Reconhecer determinados grupos sociais como sujeitos históricos significa atribuir-lhes capacidade de intervenção consciente na realidade social. Essa perspectiva rompe com concepções elitistas que reservam a condução dos processos históricos a minorias ilustradas ou a elites dirigentes. Ao contrário, a sociologia crítica enfatiza que os processos de transformação social dependem da participação ativa das massas populares e da construção de formas coletivas de organização política (Gohn, 2011).

Na visão de Touraine (2006), a emergência de novos movimentos sociais nas últimas décadas reforça ainda mais a relevância da categoria de sujeito histórico na análise sociológica. Movimentos feministas, movimentos negros, movimentos indígenas e organizações ambientais, entre outros, evidenciam que a ação coletiva não se limita às formas tradicionais de mobilização política baseadas exclusivamente em classes sociais. Esses movimentos introduzem novas pautas, identidades e formas de ação que ampliam o campo da política e da cidadania. Ao fazê-lo, revelam que a história social é continuamente reconfigurada por sujeitos coletivos que reivindicam reconhecimento, direitos e participação democrática.

A teoria da ação social desenvolvida por Alain Touraine contribui para aprofundar essa discussão ao destacar que os movimentos sociais constituem os principais sujeitos da transformação histórica nas sociedades contemporâneas. Para Touraine, os conflitos sociais não se limitam à disputa por recursos materiais, mas envolvem também o controle da produção cultural e da orientação da sociedade. Nesse sentido, os movimentos sociais expressam a luta dos sujeitos

pela definição dos valores, das instituições e das direções do desenvolvimento social (Touraine, 2006).

No caso brasileiro, a análise da ação social e do sujeito histórico deve considerar as profundas desigualdades estruturais que caracterizam a sociedade. A persistência de desigualdades econômicas, raciais e regionais impõe desafios significativos à construção de uma sociedade democrática e inclusiva. Entretanto, essas desigualdades também geram processos de mobilização e resistência que evidenciam a capacidade de ação dos sujeitos sociais. A história recente do Brasil é marcada por importantes processos de mobilização social, incluindo movimentos pela redemocratização, lutas por direitos trabalhistas, mobilizações por reforma agrária e movimentos por reconhecimento de direitos de grupos historicamente marginalizados (Avritzer, 2012).

A sociologia crítica, ao enfatizar a centralidade do sujeito histórico, busca compreender esses processos de mobilização não apenas como reações espontâneas a condições estruturais adversas, mas como expressões de projetos coletivos orientados para a transformação social. Essa abordagem exige analisar as formas de organização, os repertórios de ação e as estratégias políticas adotadas pelos diferentes sujeitos sociais. Ao mesmo tempo, implica reconhecer que a ação social se desenvolve em contextos institucionais e estruturais que podem tanto limitar quanto possibilitar a ação coletiva (Tilly; Tarrow, 2015).

Já a centralidade do sujeito histórico refere-se à dimensão cultural da ação social. A produção de significados, identidades e narrativas desempenha papel crucial na mobilização social e na construção de projetos políticos. Os sujeitos sociais não atuam apenas em função de interesses materiais, mas também orientados por valores, crenças e visões de mundo que conferem sentido às suas práticas. A análise sociológica deve, portanto, considerar as dimensões simbólicas e culturais da ação social, reconhecendo que a disputa por significados constitui elemento central dos conflitos sociais contemporâneos (Hall, 2006).

Nesse sentido, Hall (2006) entende que a sociologia crítica se aproxima de abordagens que enfatizam a importância da cultura e da identidade na constituição dos sujeitos sociais. Stuart Hall destaca que as identidades sociais são construídas historicamente e estão sempre em processo de transformação. Essa perspectiva permite compreender como diferentes grupos sociais constroem identidades coletivas que fundamentam suas reivindicações políticas e suas formas de mobilização social.

A centralidade do sujeito histórico também possui implicações metodológicas para a pesquisa sociológica. Se os indivíduos e coletividades são concebidos como agentes ativos na produção da realidade social, a investigação sociológica deve buscar compreender os significados, interpretações e experiências vividas pelos próprios atores sociais. Isso implica valorizar métodos qualitativos de pesquisa, como entrevistas, observação participante e análise de narrativas, que permitem acessar as perspectivas e interpretações dos sujeitos envolvidos nos processos sociais (Becker, 1999).

Além disso, a valorização do sujeito histórico exige uma postura reflexiva por parte do próprio pesquisador. A produção do conhecimento sociológico não ocorre em um vazio social, mas está inserida em contextos históricos e políticos específicos. O sociólogo, portanto, deve reconhecer sua própria posição social e as implicações éticas e políticas de sua atividade intelectual. Essa perspectiva

aproxima a sociologia crítica de tradições que defendem o compromisso social da ciência, enfatizando que o conhecimento sociológico pode contribuir para a construção de sociedades mais justas e democráticas (Burawoy, 2005).



Guerreiro Ramos e a sociologia

ciência da revolução brasileira



A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

A reflexão sociológica desenvolvida por Guerreiro Ramos insere-se em um contexto histórico marcado pela busca de interpretações capazes de compreender e orientar os processos de transformação social no Brasil. Para esse autor, a sociologia não deveria limitar-se à descrição neutra da realidade social ou à mera reprodução de paradigmas teóricos elaborados em outros contextos históricos. Nesse sentido, a sociologia é concebida como uma ciência comprometida com a compreensão e a realização daquilo que Guerreiro Ramos denominou de revolução brasileira, entendida não necessariamente como ruptura abrupta ou insurrecional, mas como processo histórico de emancipação nacional e reorganização estrutural da sociedade.

A noção de revolução presente na obra de Guerreiro Ramos apresenta características específicas que a distinguem de concepções clássicas frequentemente associadas a mudanças violentas ou a processos abruptos de substituição de regimes políticos. Em sua perspectiva, a revolução deve ser compreendida como um processo histórico amplo e multidimensional, envolvendo transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que permitam superar as estruturas de dependência e subdesenvolvimento herdadas da formação histórica brasileira. Trata-se, portanto, de uma transformação estrutural da sociedade, orientada pela construção de um projeto nacional autônomo e pela ampliação da participação social nos processos de decisão política (Ramos, 1996).

Essa concepção de revolução aproxima-se de interpretações desenvolvidas por pensadores latino-americanos que analisaram os processos de modernização e desenvolvimento na região. Em muitos casos, a revolução é compreendida como processo histórico de transição entre formas sociais caracterizadas pela dependência externa e estruturas internas excludentes para formas mais autônomas de organização econômica e política. Nesse sentido, a revolução brasileira deve ser entendida como parte de um movimento mais amplo de transformação das sociedades periféricas no sistema capitalista mundial (Cardoso; Faletto, 2004).

A sociologia da transformação social ocupa lugar central nesse debate, pois fornece instrumentos analíticos para compreender as condições históricas que tornam possíveis determinados processos de mudança. Desde os clássicos da sociologia, a questão da transformação social constitui tema fundamental. Karl Marx, por exemplo, analisou os processos revolucionários a partir das contradições estruturais do capitalismo e das lutas de classe que emergem dessas contradições. Para Marx, a transformação histórica ocorre quando as forças produtivas entram em conflito com as relações de produção existentes, criando condições para a emergência de novos modos de organização social (Marx, 2013).

Embora Guerreiro Ramos dialogue com essa tradição crítica, sua abordagem busca adaptar essas reflexões às especificidades da formação social brasileira. Para ele, a análise da transformação social no Brasil exige considerar a singularidade de sua trajetória histórica, marcada pela colonização, pela escravidão e pela inserção dependente na economia internacional. Essas características produziram uma sociedade profundamente desigual, na qual coexistem elementos de modernidade e estruturas sociais herdadas de períodos históricos anteriores. A revolução brasileira, nesse contexto, deve ser compreendida como processo de superação dessas contradições históricas e de construção de uma sociedade mais integrada e autônoma (Ramos, 1996).

A ideia de revolução como processo histórico gradual também aparece em outras interpretações clássicas da sociedade brasileira. Florestan Fernandes, por exemplo, ao analisar a formação da sociedade de classes no Brasil, argumenta que a modernização capitalista no país ocorreu de maneira incompleta e desigual, mantendo diversas formas de exclusão social. Para esse autor, a transformação da sociedade brasileira exige mudanças estruturais profundas que permitam a ampliação da cidadania e a democratização das relações sociais (Fernandes, 2008).

Nesse contexto, a sociologia assume papel fundamental na identificação das condições sociais que tornam possível a transformação histórica (Cardoso; Faletto, 2004). Para Guerreiro Ramos, o conhecimento sociológico não deve limitar-se à análise abstrata das estruturas sociais, mas deve contribuir para a elaboração de diagnósticos capazes de orientar a ação política e social. A sociologia, portanto, deve funcionar como instrumento de autoconsciência da sociedade, permitindo que os próprios sujeitos sociais compreendam as condições históricas em que vivem e as possibilidades de transformação existentes.

Essa concepção aproxima-se da tradição da sociologia crítica, que enfatiza a relação entre conhecimento e emancipação social. Para autores dessa tradição, o conhecimento sociológico possui potencial emancipatório na medida em que permite revelar as estruturas de dominação presentes na sociedade e identificar alternativas para sua transformação. Nesse sentido, a sociologia não é apenas uma ciência explicativa, mas também uma forma de reflexão crítica capaz de contribuir para a construção de projetos sociais mais justos e democráticos (Habermas, 1987).

A revolução brasileira, na perspectiva de Guerreiro Ramos, envolve também uma dimensão cultural e intelectual. Maia transformação da sociedade não depende apenas de mudanças nas estruturas econômicas ou políticas, mas exige também a construção de novas formas de consciência social e novos referenciais culturais. Nesse processo, os intelectuais desempenham papel importante na elaboração de interpretações da realidade nacional e na formulação de projetos de transformação social.

Historicamente, os intelectuais tiveram papel significativo na formação do pensamento social brasileiro. Desde o final do século XIX e início do século XX, diversos pensadores buscaram interpretar as especificidades da sociedade brasileira e identificar caminhos para seu desenvolvimento. Autores como Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda produziram interpretações que influenciaram profundamente o debate sobre identidade nacional e formação social do país (Miceli, 2001).

Entretanto, Guerreiro Ramos critica a tendência de parte da intelectualidade brasileira de reproduzir modelos teóricos estrangeiros sem considerar adequadamente as especificidades da realidade nacional. Para ele, os intelectuais devem assumir postura crítica em relação ao conhecimento importado, desenvolvendo categorias analíticas capazes de interpretar os problemas concretos da sociedade brasileira. Essa postura exige aquilo que o autor denominou de redução sociológica, isto é, a adaptação crítica das teorias produzidas em outros contextos históricos às condições específicas da realidade nacional (Ramos, 1996).

Nesse sentido, os intelectuais desempenham papel fundamental no processo de emancipação social. Ao produzir interpretações críticas da realidade e ao

contribuir para a formação de uma consciência coletiva sobre os problemas nacionais, eles participam da construção de projetos de transformação social. Contudo, essa atuação não deve ocorrer de forma isolada ou elitista, mas em diálogo com os diversos sujeitos sociais que participam da vida política e cultural do país.

A relação entre ciência social e emancipação constitui tema central em diversas correntes da teoria social contemporânea. Pierre Bourdieu, por exemplo, argumenta que o conhecimento sociológico pode desempenhar papel importante na desnaturalização das estruturas de dominação presentes na sociedade. Ao revelar os mecanismos sociais que produzem desigualdades e hierarquias, a sociologia contribui para ampliar a capacidade crítica dos indivíduos e grupos sociais (Bourdieu, 2011).

No contexto brasileiro, essa perspectiva ganha particular relevância diante das profundas desigualdades sociais que caracterizam a sociedade. A persistência de desigualdades econômicas, raciais e regionais evidencia a necessidade de análises sociológicas capazes de compreender os mecanismos que reproduzem essas desigualdades e de identificar caminhos para sua superação. A sociologia, nesse sentido, pode contribuir para a construção de políticas públicas e projetos sociais orientados pela promoção da justiça social e pela ampliação da cidadania (Souza, 2017).

Maia (2015) afirma que a revolução brasileira concebida por Guerreiro Ramos não deve ser entendida como evento isolado ou momento histórico específico, mas como processo contínuo de transformação social. Esse processo envolve a construção de instituições democráticas mais inclusivas, a redução das desigualdades sociais e a afirmação da autonomia nacional em um contexto internacional marcado por relações assimétricas de poder. Trata-se, portanto, de um projeto histórico que exige a participação ativa de diferentes sujeitos sociais, incluindo trabalhadores, movimentos sociais, organizações políticas e intelectuais.

Nesse contexto, a sociologia assume papel estratégico na produção de conhecimento capaz de orientar esse processo de transformação. Ao analisar criticamente as estruturas sociais e as dinâmicas históricas que moldam a sociedade brasileira, a sociologia contribui para ampliar a compreensão coletiva sobre os desafios do desenvolvimento e da democracia. De acordo com Fernandes (2008), ao mesmo tempo, ao dialogar com diferentes sujeitos sociais, ela pode contribuir para fortalecer a capacidade de ação coletiva necessária à realização de mudanças estruturais.

Contudo, a concepção de sociologia como ciência da revolução brasileira expressa a ideia de que o conhecimento sociológico deve estar profundamente conectado com os problemas históricos da sociedade em que é produzido. Maia (2015) afirma que, para Guerreiro Ramos, a sociologia brasileira deve assumir a tarefa de interpretar criticamente a realidade nacional e contribuir para a construção de um projeto de transformação social orientado pela emancipação coletiva. Essa perspectiva reafirma o caráter público e político da sociologia, destacando sua importância não apenas como disciplina acadêmica, mas como instrumento de reflexão crítica e ação social na construção de uma sociedade mais justa, democrática e autônoma.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO EM GUERREIRO RAMOS

O conceito de revolução ocupa posição central no pensamento sociológico de Alberto Guerreiro Ramos, especialmente no interior de sua reflexão sobre a necessidade de construção de uma sociologia comprometida com a transformação histórica da sociedade brasileira. Diferentemente das concepções tradicionais de revolução frequentemente associadas a rupturas abruptas, insurreições violentas ou mudanças súbitas de regimes políticos, Guerreiro Ramos propõe uma interpretação mais ampla e historicamente situada do fenômeno revolucionário. Para o autor, a revolução deve ser compreendida como um processo histórico de transformação estrutural orientado pela busca de autonomia nacional, desenvolvimento social e emancipação coletiva. Nesse sentido, o conceito de revolução em sua obra está profundamente articulado à análise das particularidades da formação social brasileira e às condições históricas que moldaram o processo de modernização do país (Ramos, 1996).

A elaboração desse conceito insere-se no contexto intelectual das décadas de 1950 e 1960, período marcado pela intensificação do debate sobre desenvolvimento, modernização e dependência na América Latina. Nesse cenário, diversos intelectuais e cientistas sociais buscavam compreender as causas do subdesenvolvimento e formular projetos capazes de promover transformações estruturais nas sociedades latino-americanas. No Brasil, esse debate esteve fortemente vinculado às discussões sobre nacional-desenvolvimentismo, industrialização e construção de um projeto nacional autônomo. A obra de Guerreiro Ramos dialoga diretamente com esse contexto, propondo uma interpretação sociológica da revolução brasileira como processo histórico vinculado à superação das estruturas herdadas do colonialismo e da dependência econômica (Ramos, 1996).

Em sua perspectiva, a revolução não deve ser compreendida como evento isolado ou momento específico da história, mas como processo histórico contínuo e cumulativo. Essa concepção aproxima-se de interpretações sociológicas que compreendem a mudança social como resultado de processos históricos complexos e multifacetados, nos quais diferentes dimensões da vida social — econômica, política, cultural e institucional — se transformam de maneira articulada. Fernandes (2008) então afirma que, a revolução brasileira, portanto, não se limita à conquista do poder político ou à substituição de elites governantes, mas envolve transformações profundas nas estruturas sociais e nas formas de organização da sociedade.

Nesse sentido, a concepção de revolução elaborada por Guerreiro Ramos apresenta afinidades com algumas interpretações clássicas da teoria social. Karl Marx, por exemplo, compreendia a revolução como processo histórico decorrente das contradições estruturais do modo de produção capitalista e das lutas de classe que emergem dessas contradições. Para Marx, as revoluções representam momentos de ruptura nos quais novas formas de organização social emergem a partir do conflito entre forças produtivas e relações de produção existentes (Marx, 2013). Embora Guerreiro Ramos não adote integralmente o modelo marxista de análise, sua interpretação da revolução brasileira reconhece a importância das contradições estruturais e dos conflitos sociais como motores da transformação histórica.

Entretanto, a especificidade da abordagem de Guerreiro Ramos reside na sua preocupação em adaptar os conceitos da teoria social clássica às particula-

ridades da realidade brasileira. Para ele, a aplicação mecânica de modelos teóricos elaborados em contextos históricos distintos pode conduzir a interpretações inadequadas da realidade nacional. Essa crítica está diretamente associada à sua formulação da redução sociológica, que consiste na necessidade de reinterpretar criticamente os conceitos e teorias produzidos em outras sociedades, ajustando-os às condições históricas e culturais específicas do Brasil (Ramos, 1996).

A partir dessa perspectiva, a revolução brasileira é interpretada como processo de construção de uma sociedade nacional autônoma, capaz de superar as estruturas de dependência econômica e cultural que marcaram a formação histórica do país. De acordo com Maia (2015), essa dependência manifesta-se tanto na esfera econômica, por meio da inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, quanto na esfera cultural e intelectual, por meio da importação acrítica de modelos institucionais e paradigmas teóricos estrangeiros. A revolução, portanto, implica não apenas transformações materiais, mas também mudanças profundas nas formas de pensamento e nas estruturas de consciência social.

Essa dimensão cultural da revolução aproxima o pensamento de Guerreiro Ramos de interpretações que enfatizam o papel da cultura e da ideologia nos processos de transformação social. Antonio Gramsci, por exemplo, destacou a importância da hegemonia cultural na manutenção das estruturas de dominação e na construção de projetos políticos transformadores. Para Gramsci, a transformação social exige não apenas mudanças econômicas e políticas, mas também a construção de uma nova hegemonia cultural capaz de orientar a ação coletiva e reorganizar as relações de poder na sociedade (Gramsci, 2001).

No caso brasileiro, Guerreiro Ramos identifica a existência de uma elite intelectual frequentemente orientada por paradigmas importados e pouco comprometida com a compreensão das particularidades da realidade nacional. Essa situação dificulta a construção de um pensamento social autônomo e limita a capacidade da sociologia de contribuir para a transformação social (Maia, 2015). Nesse sentido, a revolução brasileira envolve também um processo de emancipação intelectual, no qual os cientistas sociais devem desenvolver instrumentos analíticos adequados à interpretação da sociedade brasileira.

A relação entre revolução e desenvolvimento constitui outro elemento fundamental no pensamento de Guerreiro Ramos. Para ele, a transformação revolucionária da sociedade brasileira está profundamente vinculada à construção de um projeto nacional de desenvolvimento capaz de promover a industrialização, a modernização das instituições e a ampliação da participação social (Ramos, 1958). Esse processo implica a reorganização das estruturas econômicas e políticas de forma a reduzir as desigualdades sociais e fortalecer a autonomia nacional frente às pressões do sistema internacional.

Essa interpretação dialoga com a tradição do pensamento desenvolvimentista latino-americano, especialmente com as análises produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Autores associados a essa tradição argumentaram que o subdesenvolvimento não deveria ser compreendido como etapa inicial de um processo linear de desenvolvimento, mas como condição estrutural resultante da inserção desigual das economias periféricas no sistema capitalista mundial (Prebisch, 2000). A superação dessa condição exigiria políticas econômicas e sociais capazes de promover a industrialização, fortalecer o mercado interno e ampliar a autonomia nacional.

Embora Guerreiro Ramos dialogue com essas análises, sua abordagem destaca especialmente o papel da ação política e da consciência social nos processos de transformação histórica. A revolução brasileira não é concebida como resultado automático de mudanças econômicas, mas como processo que depende da ação consciente de diferentes sujeitos sociais (Maia, 2015). Nesse contexto, a participação política, a organização social e a mobilização coletiva tornam-se elementos fundamentais para a construção de um projeto nacional de transformação.

A centralidade da ação social na concepção de revolução aproxima o pensamento de Guerreiro Ramos de abordagens sociológicas que enfatizam o papel dos sujeitos históricos nos processos de mudança social. Para Touraine (2006), por exemplo, as transformações históricas nas sociedades contemporâneas estão profundamente relacionadas à ação dos movimentos sociais, que expressam conflitos em torno do controle dos recursos materiais e simbólicos da sociedade. Nesse sentido, a revolução não é apenas resultado de mudanças estruturais, mas também de processos de mobilização e disputa política protagonizados por diferentes grupos sociais.

No contexto brasileiro, a revolução concebida por Guerreiro Ramos envolve a ampliação da cidadania e a democratização das relações sociais. A persistência de desigualdades históricas, herdadas do período colonial e escravista, constitui um dos principais obstáculos à construção de uma sociedade democrática e integrada. Logo, Maia (2015) compreende que a transformação revolucionária da sociedade brasileira exige, portanto, a superação dessas desigualdades e a incorporação de amplos setores da população aos processos de decisão política e participação social.

Fernandes (2008), ao analisar a formação da sociedade de classes no Brasil, também destacou a importância dessas transformações estruturais para a consolidação de uma ordem social democrática. Para ele, a modernização capitalista no Brasil ocorreu de forma desigual e incompleta, mantendo diversas formas de exclusão social que limitam a efetividade da cidadania e a participação política das classes populares. Nesse sentido, a revolução brasileira implica a realização de reformas estruturais capazes de ampliar os direitos sociais e fortalecer as instituições democráticas.

A concepção de revolução elaborada por Guerreiro Ramos enfatiza a importância da sociologia como instrumento de reflexão crítica e orientação prática (Maia, 2015). Para ele, a sociologia brasileira deve assumir a tarefa de interpretar os processos históricos em curso e contribuir para a elaboração de projetos de transformação social (Ramos, 1996). Isso significa que o conhecimento sociológico não pode limitar-se à descrição da realidade, mas deve participar ativamente da construção de alternativas capazes de promover a emancipação da sociedade. Assim, o conceito de revolução em Guerreiro Ramos articula diferentes dimensões da vida social — econômica, política, cultural e intelectual — em uma interpretação abrangente do processo histórico brasileiro.

SOCIOLOGIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A relação entre sociologia e transformação social constitui um dos eixos fundamentais do pensamento sociológico moderno e, de modo particular, da reflexão desenvolvida no âmbito do pensamento social brasileiro. Desde sua ori-

gem como disciplina científica no século XIX, a sociologia esteve profundamente vinculada à necessidade de compreender os processos de mudança que acompanharam a formação das sociedades modernas (Filgueiras, 2012). Revoluções políticas, transformações econômicas e mudanças nas formas de organização social suscitaram a necessidade de instrumentos teóricos capazes de interpretar essas dinâmicas históricas. Nesse contexto, a sociologia não surgiu apenas como ciência descritiva da realidade social, mas também como forma de reflexão crítica sobre os processos de transformação que moldam as sociedades.

No pensamento de Guerreiro Ramos, essa relação entre sociologia e transformação social assume um significado particularmente relevante. Para o autor, a sociologia não pode limitar-se a um exercício puramente acadêmico ou a uma atividade intelectual desvinculada das necessidades históricas da sociedade. Ao contrário, ela deve desempenhar papel ativo na interpretação das contradições sociais e na formulação de alternativas capazes de orientar processos de mudança histórica. A sociologia, nesse sentido, deve funcionar como instrumento de autoconsciência social, permitindo que a sociedade compreenda suas próprias estruturas, conflitos e possibilidades de transformação (Ramos, 1996).

Essa concepção encontra raízes na tradição clássica da teoria sociológica. Karl Marx, por exemplo, compreendia o conhecimento social como elemento fundamental na análise das contradições do capitalismo e na compreensão das condições históricas que possibilitam sua transformação. Em sua perspectiva, a análise científica da sociedade revela os mecanismos estruturais que produzem desigualdades e conflitos, permitindo compreender as bases materiais dos processos revolucionários. Nesse sentido, a teoria social não é apenas interpretação do mundo, mas também instrumento para sua transformação histórica (Marx, 2013).

Embora a sociologia marxista enfatize fortemente a dimensão estrutural das transformações sociais, outras tradições sociológicas também reconheceram a importância da mudança social como objeto central da disciplina. Max Weber, por exemplo, analisou os processos de racionalização que caracterizam o desenvolvimento das sociedades modernas, destacando a transformação das formas de dominação política, das estruturas econômicas e das instituições sociais. Para Weber (2004), a sociologia deve compreender os sentidos atribuídos pelos atores às suas ações, investigando como diferentes orientações de sentido influenciam os processos históricos.

Essas contribuições clássicas demonstram que a sociologia sempre esteve profundamente vinculada à análise da transformação social. No entanto, conforme observa Filgueiras (2012), o modo como essa relação se manifesta varia de acordo com os contextos históricos e as tradições intelectuais em que a disciplina se desenvolve. No caso das sociedades latino-americanas, a sociologia foi frequentemente mobilizada como instrumento para compreender os desafios do desenvolvimento, da modernização e da superação das desigualdades estruturais herdadas do período colonial.

No Brasil, esse debate ganhou particular intensidade a partir da primeira metade do século XX, quando intelectuais e cientistas sociais passaram a dedicar-se à interpretação sistemática da formação social brasileira. Nesse contexto, a sociologia tornou-se importante ferramenta para analisar problemas como a desigualdade social, a persistência de estruturas patrimonialistas, as relações raciais e os desafios da construção de um projeto nacional de desenvolvimento

(Bourdieu, 2011). Essas reflexões contribuíram para a consolidação de uma tradição intelectual comprometida com a compreensão crítica da realidade brasileira.

A obra de Guerreiro Ramos insere-se diretamente nesse contexto intelectual. Para ele, a sociologia brasileira deveria superar a condição de dependência intelectual em relação às teorias produzidas nos centros acadêmicos europeus e norte-americanos, desenvolvendo instrumentos analíticos adequados à interpretação das especificidades da realidade nacional. Essa crítica à importação acrítica de modelos teóricos estrangeiros constitui elemento central de sua reflexão sociológica, especialmente na formulação do conceito de redução sociológica. Tal conceito propõe que as teorias produzidas em outros contextos históricos devem ser reinterpretadas criticamente à luz das condições concretas da sociedade brasileira (Ramos, 1996).

A sociologia, nesse sentido, deve ser concebida como conhecimento situado, profundamente conectado às condições históricas e sociais em que é produzido. Na percepção de Filgueiras (2012), a reprodução mecânica de teorias estrangeiras, sem considerar as particularidades da realidade local, pode resultar em interpretações inadequadas da sociedade e limitar a capacidade da sociologia de contribuir para processos de transformação social. Por essa razão, Guerreiro Ramos defende a necessidade de uma sociologia autônoma, capaz de desenvolver conceitos e métodos apropriados à análise da realidade brasileira.

Essa perspectiva dialoga com reflexões contemporâneas sobre a descolonização do conhecimento nas ciências sociais. Diversos autores têm destacado que a produção acadêmica global ainda é fortemente marcada por assimetrias entre centros e periferias do sistema científico internacional. Nesse contexto, a valorização da produção intelectual local e a construção de perspectivas teóricas próprias tornam-se elementos fundamentais para a consolidação de uma ciência social mais plural e democrática. A obra de Guerreiro Ramos pode ser interpretada como contribuição pioneira nesse debate, ao enfatizar a necessidade de desenvolver uma sociologia enraizada nas experiências históricas das sociedades periféricas (Filgueiras, 2012).

Outro aspecto fundamental da relação entre sociologia e transformação social refere-se ao papel dos intelectuais na interpretação e na orientação dos processos históricos. No pensamento de Guerreiro Ramos, os intelectuais possuem responsabilidade particular na elaboração de diagnósticos sobre a realidade social e na formulação de projetos capazes de orientar a ação coletiva (Ramos, 1996). Entretanto, essa atuação não deve assumir caráter elitista ou desvinculado das experiências concretas da sociedade. Ao contrário, o conhecimento sociológico deve dialogar com os diferentes sujeitos sociais que participam da vida política e cultural do país.

Nesse sentido, a sociologia não é apenas instrumento de análise acadêmica, mas também forma de intervenção no debate público. Ao produzir interpretações críticas da realidade social, os sociólogos contribuem para ampliar a compreensão coletiva sobre os problemas sociais e as possibilidades de transformação. Essa dimensão pública da sociologia foi destacada por diversos autores contemporâneos, que defendem a necessidade de fortalecer o diálogo entre produção acadêmica e sociedade civil.

Bourdieu (2011) então compreende que a sociologia crítica, nesse contexto, busca revelar as estruturas de dominação presentes na sociedade e analisar os

mecanismos que reproduzem desigualdades sociais. A análise sociológica pode evidenciar como fatores históricos, econômicos e institucionais contribuem para a manutenção de hierarquias sociais e para a exclusão de determinados grupos dos processos de participação política e econômica. Filgueiras (2012) compreende então que a transformação social, entretanto, não pode ser compreendida apenas como resultado da produção intelectual ou da elaboração de diagnósticos sociológicos. Ela depende fundamentalmente da ação coletiva de diferentes sujeitos sociais, incluindo movimentos sociais, organizações políticas e instituições públicas. A sociologia pode contribuir para esse processo ao fornecer instrumentos analíticos que permitam compreender as condições estruturais em que esses atores atuam e as possibilidades de transformação existentes.

Nesse sentido, a análise sociológica da transformação social envolve a articulação entre estrutura e agência. As estruturas sociais — como instituições políticas, sistemas econômicos e padrões culturais — influenciam profundamente as possibilidades de ação dos indivíduos e grupos sociais (Maia, 2015). Entretanto, essas estruturas não são imutáveis; elas podem ser transformadas por meio da ação coletiva e da mobilização social. A sociologia deve, portanto, analisar tanto os condicionamentos estruturais quanto as formas de ação que permitem transformar essas estruturas.

Essa abordagem aproxima-se de perspectivas contemporâneas da teoria social que buscam superar a oposição tradicional entre determinismo estrutural e voluntarismo individual. Bourdieu (2011) desenvolveu conceitos teóricos destinados a compreender a relação dinâmica entre estruturas sociais e práticas individuais. O conceito de *habitus*, por exemplo, procura explicar como as disposições incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias sociais influenciam suas práticas e percepções do mundo social, ao mesmo tempo em que essas práticas contribuem para reproduzir ou transformar as estruturas existentes.

No caso brasileiro, a sociologia da transformação social assume importância particular diante das profundas desigualdades que caracterizam a sociedade. A persistência de desigualdades econômicas, raciais e regionais constitui um dos principais desafios para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva (Maia, 2015). A análise sociológica dessas desigualdades permite compreender os processos históricos que contribuíram para sua formação e identificar políticas e estratégias capazes de promover sua redução. Nesse contexto, a sociologia desempenha papel estratégico na formulação de políticas públicas orientadas pela promoção da justiça social. Os estudos sociológicos podem fornecer informações importantes sobre as condições de vida da população, as dinâmicas do mercado de trabalho, as desigualdades educacionais e os padrões de exclusão social. Essas informações são fundamentais para o planejamento de políticas públicas capazes de enfrentar os desafios sociais contemporâneos.

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA COMO PROCESSO HISTÓRICO ESPECÍFICO

A compreensão da revolução brasileira como processo histórico específico constitui elemento central na reflexão sociológica desenvolvida por Alberto Guerreiro Ramos. Para o autor, a análise das transformações sociais no Brasil exige o reconhecimento das particularidades históricas que moldaram a formação

da sociedade brasileira. Nesse sentido, a revolução brasileira não pode ser compreendida a partir de modelos abstratos ou de esquemas interpretativos importados de outras experiências históricas, como as revoluções europeias clássicas.

Essa perspectiva crítica em relação à aplicação mecânica de modelos teóricos estrangeiros encontra fundamento na proposta metodológica da redução sociológica formulada por Guerreiro Ramos. De acordo com essa abordagem, os conceitos e teorias produzidos em contextos sociais distintos devem ser reinterpretados criticamente quando utilizados para analisar realidades históricas diferentes. A simples importação de categorias analíticas desenvolvidas para interpretar sociedades centrais pode conduzir a diagnósticos equivocados ou insuficientes quando aplicadas à realidade brasileira. Por essa razão, o autor enfatiza a necessidade de desenvolver instrumentos analíticos capazes de captar as especificidades da formação social brasileira (Ramos, 1996).

A noção de revolução brasileira, nesse contexto, está associada à ideia de transformação estrutural da sociedade em direção à construção de um projeto nacional autônomo. Essa transformação envolve mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais, bem como na forma como a sociedade brasileira se insere no sistema internacional. Ao longo de sua história, o Brasil desenvolveu-se dentro de uma lógica de dependência em relação às economias centrais, caracterizada pela especialização produtiva em atividades primário-exportadoras e pela forte influência de interesses externos na organização da economia nacional. Esse padrão de desenvolvimento gerou profundas desigualdades sociais e limitou a capacidade do país de construir um projeto autônomo de desenvolvimento (Cardoso; Faletto, 2004).

Nesse sentido, a revolução brasileira pode ser interpretada como processo histórico orientado pela superação dessas estruturas de dependência e pela construção de bases econômicas e institucionais capazes de sustentar um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo. Essa perspectiva aproxima-se de interpretações desenvolvidas no âmbito do pensamento desenvolvimentista latino-americano, especialmente das análises produzidas pela CEPAL. Autores associados a essa tradição argumentaram que o subdesenvolvimento latino-americano não deve ser entendido como etapa inicial de um processo linear de modernização, mas como resultado de uma inserção histórica desigual na economia mundial (Prebisch, 2000).

A especificidade da revolução brasileira também pode ser compreendida a partir da análise da formação histórica do Estado nacional. Prebisch (2000) compreende que, diferentemente de muitas sociedades europeias, nas quais os processos revolucionários estiveram associados à emergência de burguesias nacionais capazes de liderar transformações estruturais, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil ocorreu de forma tardia e marcada por forte continuidade das estruturas sociais herdadas do período colonial. A escravidão, abolida apenas no final do século XIX, deixou profundas marcas na organização social, contribuindo para a manutenção de desigualdades raciais e socioeconômicas que persistem até o presente.

A análise dessas continuidades históricas foi desenvolvida de forma particularmente consistente por Fernandes (2008), que argumentou que a modernização capitalista brasileira ocorreu de maneira conservadora, preservando muitos elementos das estruturas sociais tradicionais. Em sua interpretação, a chamada

revolução burguesa no Brasil não representou ruptura radical com o passado colonial, mas sim processo de transformação gradual e incompleto, no qual novas instituições econômicas e políticas foram incorporadas sem eliminar completamente as formas tradicionais de dominação social.

Essa interpretação contribui para compreender por que a revolução brasileira, conforme concebida por Guerreiro Ramos, não pode ser entendida como evento singular ou momento específico da história nacional. Ela se configura como processo histórico prolongado, marcado por avanços e retrocessos, no qual diferentes forças sociais disputam a direção das transformações estruturais da sociedade. Nesse contexto, a revolução brasileira envolve uma série de mudanças institucionais e sociais que se desenvolvem ao longo do tempo, incluindo processos de industrialização, urbanização, expansão da cidadania e democratização política.

Outro aspecto fundamental para compreender a especificidade histórica da revolução brasileira refere-se à relação entre Estado e desenvolvimento. Em diversas análises sobre o processo de modernização no Brasil, destaca-se o papel desempenhado pelo Estado na promoção da industrialização e na coordenação de políticas econômicas destinadas a fortalecer a economia nacional (Bielschowsky, 2000). Ao longo do século XX, especialmente a partir da década de 1930, o Estado brasileiro assumiu papel central na implementação de políticas de desenvolvimento, promovendo investimentos em infraestrutura, incentivando a industrialização e criando instituições voltadas para a regulação da economia.

Para Bielschowsky (2000) esse processo esteve associado à emergência de um projeto nacional-desenvolvimentista que buscava promover a modernização econômica e a integração do mercado interno. Intelectuais e formuladores de políticas públicas passaram a defender a necessidade de fortalecer a capacidade do Estado de planejar e coordenar o desenvolvimento nacional, reduzindo a dependência em relação ao capital estrangeiro e ampliando a autonomia econômica do país. A revolução brasileira, nesse contexto, pode ser interpretada como parte desse esforço histórico de construção de um projeto nacional capaz de superar os limites estruturais impostos pela dependência econômica.

Entretanto, a realização desse projeto enfrentou diversos obstáculos ao longo da história brasileira. A persistência de profundas desigualdades sociais, a concentração de renda e poder político e as tensões entre diferentes grupos sociais limitaram a capacidade de implementação de reformas estruturais mais profundas. Além disso, as mudanças no contexto internacional e as transformações do sistema econômico global influenciaram diretamente as possibilidades de desenvolvimento autônomo das economias periféricas.

Nesse cenário, a revolução brasileira deve ser compreendida como processo histórico aberto, no qual diferentes projetos de sociedade disputam hegemonia. A partir de Cardoso e Faletto (2004), observa-se que a sociologia, nesse contexto, desempenha papel importante ao analisar as estruturas sociais e os conflitos que emergem dessas disputas. A compreensão da revolução brasileira como processo histórico específico implica reconhecer que as transformações sociais dependem da interação entre múltiplos fatores, incluindo condições econômicas, instituições políticas, movimentos sociais e mudanças culturais.

A dimensão cultural da revolução brasileira também merece destaque. A construção de uma sociedade mais autônoma e democrática envolve não ape-

nas transformações econômicas e políticas, mas também mudanças nas formas de pensamento e nos padrões culturais que orientam a vida social. Nesse sentido, a produção de conhecimento e a elaboração de interpretações críticas da realidade nacional desempenham papel importante na construção de projetos coletivos de transformação social.

Autores do pensamento social brasileiro frequentemente enfatizaram a importância da cultura e das representações sociais na formação da identidade nacional e na organização das relações sociais. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, ao analisar as raízes históricas da sociedade brasileira, destacou a persistência de padrões de sociabilidade herdados do período colonial, que influenciavam profundamente as formas de organização política e social do país (Holanda, 1995). A compreensão desses elementos culturais é fundamental para interpretar os desafios enfrentados pelos processos de transformação social no Brasil.

Por fim, a revolução brasileira como processo histórico específico também envolve a ampliação da cidadania e a democratização das instituições sociais. A construção de uma sociedade mais justa e inclusiva exige a incorporação de amplos setores da população aos processos de decisão política e à distribuição dos recursos sociais. Isso implica a implementação de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, a expansão do acesso à educação e a promoção de direitos sociais fundamentais.

Assim, a reflexão sociológica sobre a revolução brasileira permite compreender que os processos de transformação social não seguem trajetórias universais ou pré-determinadas. Cada sociedade desenvolve suas próprias formas de mudança histórica, moldadas por suas experiências, instituições e conflitos sociais. A análise dessas especificidades constitui tarefa fundamental da sociologia, que deve buscar interpretar criticamente os processos históricos em curso e contribuir para a construção de caminhos que permitam avançar na direção de uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

INTELECTUAIS, CIÊNCIA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO NACIONAL

A relação entre intelectuais, produção de conhecimento e processos de emancipação nacional constitui um tema central no pensamento social latino-americano e, de modo particular, na reflexão sociológica desenvolvida por Alberto Guerreiro Ramos. Para esse autor, a ciência social não deve ser compreendida apenas como empreendimento acadêmico destinado à produção de conhecimento abstrato, mas como atividade intelectual profundamente vinculada às necessidades históricas da sociedade em que se insere. Nesse sentido, os intelectuais possuem papel fundamental na interpretação crítica da realidade social e na formulação de projetos capazes de orientar processos de transformação histórica. A produção de conhecimento sociológico, portanto, não é neutra ou desvinculada da vida social, mas constitui elemento estratégico na construção de projetos coletivos de emancipação nacional.

A discussão sobre o papel dos intelectuais na sociedade moderna possui longa tradição na teoria social. Desde o final do século XIX e início do século XX, diversos pensadores buscaram compreender a função desempenhada pelos produtores de conhecimento na organização das sociedades e na formação da opinião pública. Karl Mannheim, por exemplo, argumentou que os intelectuais

ocupam posição particular na estrutura social, caracterizada por relativa autonomia em relação aos interesses imediatos de classes sociais específicas. Essa posição permitiria aos intelectuais desenvolver perspectivas críticas sobre a realidade social e contribuir para a formulação de interpretações abrangentes sobre os processos históricos (Mannheim, 1986).

Entretanto, a atuação dos intelectuais não ocorre em um vazio social. Ao contrário, ela está profundamente condicionada pelas estruturas institucionais, pelas relações de poder e pelos contextos históricos em que se desenvolve. Nesse sentido, Gramsci (2001) introduziu importante contribuição ao analisar a função dos intelectuais na manutenção e na transformação das relações de hegemonia presentes na sociedade. Para Gramsci, os intelectuais desempenham papel fundamental na construção de visões de mundo que orientam a ação coletiva e legitimam determinados projetos políticos. A produção cultural e intelectual, portanto, constitui elemento central na disputa pela hegemonia social.

No contexto das sociedades periféricas, como as latino-americanas, a reflexão sobre o papel dos intelectuais assume características particulares. Essas sociedades foram historicamente marcadas por processos de colonização, dependência econômica e forte influência cultural das nações centrais. Nesse cenário, Mannheim (1986) argumenta que a produção intelectual frequentemente reproduziu paradigmas teóricos elaborados em outros contextos históricos, muitas vezes sem considerar adequadamente as especificidades das realidades locais. Essa situação gerou importantes debates sobre a necessidade de desenvolver formas de pensamento social capazes de interpretar as experiências históricas próprias das sociedades latino-americanas.

A obra de Alberto Guerreiro Ramos insere-se diretamente nesse debate. Para ele, a ciência social brasileira deveria superar a condição de dependência intelectual em relação aos centros acadêmicos europeus e norte-americanos, desenvolvendo instrumentos analíticos adequados à compreensão da realidade nacional. Essa crítica à importação acrítica de teorias estrangeiras constitui um dos eixos centrais de sua reflexão sociológica, especialmente na formulação do conceito de redução sociológica. De acordo com esse conceito, os modelos teóricos produzidos em outras sociedades devem ser reinterpretados criticamente antes de serem aplicados à análise da realidade brasileira, de modo a evitar distorções interpretativas e promover maior autonomia intelectual (Ramos, 1996).

A defesa de uma ciência social autônoma está diretamente associada, no pensamento de Guerreiro Ramos, à ideia de emancipação nacional. Para o autor, a dependência intelectual constitui uma das formas pelas quais se reproduzem relações mais amplas de dependência econômica e política entre países centrais e periféricos. A produção de conhecimento que simplesmente reproduz paradigmas estrangeiros tende a reforçar visões de mundo que naturalizam a posição subordinada das sociedades periféricas no sistema internacional. Nesse sentido, a construção de uma ciência social enraizada nas experiências históricas nacionais constitui passo fundamental para a afirmação da autonomia cultural e política dessas sociedades.

Essa perspectiva encontra eco em diferentes correntes do pensamento latino-americano que buscaram analisar as relações entre conhecimento, poder e dependência. Autores vinculados à teoria da dependência argumentaram que o subdesenvolvimento das sociedades latino-americanas não poderia ser explica-

do apenas por fatores internos, mas deveria ser compreendido como resultado de processos históricos de inserção subordinada na economia mundial. Nesse contexto, a produção intelectual desempenha papel importante ao revelar os mecanismos estruturais que sustentam essas relações de dependência e ao formular alternativas para sua superação (Cardoso; Faletto, 2004).

A reflexão sobre a relação entre ciência social e emancipação também está presente em diversas tradições críticas da teoria sociológica. Habermas (1987), por exemplo, argumenta que o conhecimento científico pode desempenhar papel emancipatório na medida em que contribui para ampliar a capacidade reflexiva dos indivíduos e da sociedade. Ao revelar os mecanismos de dominação presentes nas estruturas sociais e institucionais, a ciência social permite que os sujeitos compreendam melhor as condições em que vivem e desenvolvam formas de ação orientadas pela busca de maior autonomia e liberdade.

No pensamento de Guerreiro Ramos, essa dimensão emancipatória do conhecimento sociológico manifesta-se especialmente na defesa de uma sociologia comprometida com a interpretação crítica da realidade brasileira. Para ele, os cientistas sociais devem assumir postura ativa na análise dos problemas nacionais, contribuindo para a formulação de diagnósticos capazes de orientar políticas públicas e projetos de transformação social. A sociologia, nesse sentido, deve funcionar como instrumento de autoconsciência da sociedade, permitindo que os próprios sujeitos sociais compreendam as condições históricas que moldam sua realidade.

A atuação dos intelectuais, entretanto, não deve restringir-se aos espaços acadêmicos ou institucionais. Segundo Mannheim (1986), a produção de conhecimento sociológico possui também dimensão pública, na medida em que influencia o debate político e cultural na sociedade. A divulgação de análises críticas, a participação em debates públicos e a colaboração na formulação de políticas públicas constituem formas pelas quais os intelectuais podem contribuir para processos de transformação social.

Nesse contexto, a relação entre intelectuais e sociedade torna-se elemento central para compreender o papel da ciência social na construção de projetos de emancipação nacional. A produção intelectual que se mantém isolada em círculos acadêmicos restritos tende a ter impacto limitado sobre os processos sociais mais amplos. Por outro lado, quando o conhecimento sociológico estabelece diálogo com diferentes setores da sociedade — incluindo movimentos sociais, organizações políticas e instituições públicas — ele pode contribuir de forma mais efetiva para a construção de alternativas sociais e políticas (Mannheim, 1986).

No Brasil, a tradição do pensamento social revela a importância desempenhada por intelectuais na interpretação da realidade nacional e na formulação de projetos de desenvolvimento. Ao longo do século XX, diversos pensadores dedicaram-se à análise das particularidades da formação social brasileira, buscando compreender os desafios enfrentados pelo país em seu processo de modernização. Obras clássicas de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior contribuíram significativamente para a construção de interpretações sobre a identidade nacional, as relações sociais e os caminhos do desenvolvimento brasileiro (Miceli, 2001).

Entretanto, Guerreiro Ramos critica a tendência de parte da intelectualidade brasileira de reproduzir modelos teóricos estrangeiros sem considerar ade-

quadamente as especificidades da realidade nacional. Para ele, a construção de uma ciência social autônoma exige postura crítica em relação ao conhecimento importado e compromisso efetivo com a análise das condições históricas concretas da sociedade brasileira. Essa postura implica reconhecer que a produção de conhecimento é sempre situada historicamente e que os conceitos sociológicos devem ser constantemente reinterpretados à luz das experiências sociais específicas.

A emancipação nacional, nesse contexto, envolve não apenas transformações econômicas e políticas, mas também mudanças nas formas de pensamento e nos padrões culturais que orientam a vida social. A construção de uma sociedade mais autônoma exige o desenvolvimento de uma consciência coletiva capaz de reconhecer os desafios históricos enfrentados pelo país e de mobilizar diferentes setores sociais em torno de projetos de transformação. A produção de conhecimento sociológico desempenha papel importante nesse processo ao fornecer instrumentos analíticos que permitem compreender as estruturas sociais e as dinâmicas históricas que moldam a sociedade.



Guerreiro Ramos e a sociologia

ciência da revolução brasileira



ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE GUERREIRO RAMOS

A obra de Alberto Guerreiro Ramos ocupa lugar de destaque no desenvolvimento do pensamento social brasileiro e latino-americano, especialmente por sua preocupação em construir uma sociologia crítica capaz de interpretar as especificidades históricas das sociedades periféricas. Embora grande parte de sua produção intelectual tenha sido elaborada no contexto político e intelectual das décadas de 1950 e 1960, seu pensamento permanece relevante para o debate sociológico contemporâneo. Isso ocorre porque muitas das questões que mobilizaram sua reflexão — como a dependência intelectual, a autonomia científica, o papel da sociologia na transformação social e a crítica à importação acrítica de teorias estrangeiras — continuam presentes nas discussões atuais sobre a produção de conhecimento nas ciências sociais. Nesse sentido, a atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos manifesta-se tanto em suas contribuições teóricas quanto em sua influência sobre correntes contemporâneas do pensamento crítico latino-americano.

Um dos aspectos mais significativos da contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia contemporânea refere-se à sua crítica à dependência intelectual das ciências sociais latino-americanas em relação aos centros acadêmicos europeus e norte-americanos. Em sua obra, especialmente na formulação do conceito de redução sociológica, o autor argumenta que a produção de conhecimento sociológico nas sociedades periféricas frequentemente reproduz modelos teóricos elaborados em contextos históricos distintos, sem considerar adequadamente as particularidades das realidades locais. Essa crítica permanece extremamente atual no contexto contemporâneo, em que se intensificam os debates sobre a internacionalização do conhecimento e as assimetrias existentes na produção científica global.

Diversos autores contemporâneos têm destacado que a estrutura do sistema científico internacional ainda é marcada por profundas desigualdades entre países centrais e periféricos. A produção acadêmica global tende a privilegiar perspectivas teóricas e metodológicas desenvolvidas nos grandes centros universitários do Norte global, enquanto as contribuições intelectuais produzidas em contextos periféricos frequentemente recebem menor visibilidade ou reconhecimento. Nesse cenário, a proposta de Guerreiro Ramos de desenvolver uma sociologia enraizada nas experiências históricas das sociedades periféricas antecipa debates contemporâneos sobre a descolonização do conhecimento e a valorização de perspectivas epistemológicas plurais (Connell, 2007; Quijano, 2005).

Essa dimensão crítica do pensamento de Guerreiro Ramos aproxima-se das reflexões desenvolvidas no âmbito das chamadas epistemologias do Sul, que buscam questionar a hegemonia de paradigmas eurocêntricos na produção do conhecimento científico. Autores vinculados a essa perspectiva argumentam que as experiências históricas das sociedades do Sul global oferecem importantes contribuições para a construção de novas formas de conhecimento capazes de ampliar a compreensão da realidade social. Nesse contexto, a obra de Guerreiro Ramos pode ser interpretada como uma das expressões pioneiras desse movimento intelectual, ao enfatizar a necessidade de desenvolver categorias analíticas adequadas às condições históricas das sociedades latino-americanas.

Outro aspecto relevante da atualidade de seu pensamento refere-se à concepção de sociologia como ciência comprometida com a transformação social. Para Guerreiro Ramos, a sociologia não deveria limitar-se à descrição da realidade social, mas deveria contribuir para a formulação de diagnósticos capazes de

orientar processos de mudança histórica. Essa perspectiva aproxima-se de tradições críticas da teoria social que enfatizam o papel do conhecimento científico na promoção da emancipação social.

Na sociologia contemporânea, observa-se crescente valorização de abordagens que buscam articular produção acadêmica e engajamento público. O conceito de sociologia pública, por exemplo, enfatiza a importância de estabelecer diálogo entre pesquisadores e diferentes setores da sociedade, ampliando o impacto social do conhecimento produzido nas universidades. Essa perspectiva reforça a ideia de que a sociologia deve participar ativamente do debate público e contribuir para a construção de alternativas frente aos desafios sociais contemporâneos (Burawoy, 2005).

Nesse sentido, o pensamento de Guerreiro Ramos continua oferecendo importantes referências para refletir sobre o papel da sociologia nas sociedades contemporâneas. Sua defesa de uma ciência social comprometida com a interpretação crítica da realidade nacional e com a construção de projetos de transformação social permanece particularmente relevante em contextos marcados por profundas desigualdades sociais, como ocorre em muitos países da América Latina.

Além disso, sua obra contribui para o fortalecimento de uma tradição de pensamento crítico latino-americano que busca interpretar os processos históricos da região a partir de suas próprias experiências sociais. Ao lado de outros pensadores latino-americanos, Guerreiro Ramos ajudou a consolidar um campo intelectual preocupado em compreender as particularidades das sociedades periféricas e em formular alternativas para a superação das estruturas de dependência econômica e cultural.

Esse legado intelectual influenciou diversas correntes do pensamento social latino-americano, incluindo os estudos sobre dependência, desenvolvimento e colonialidade do poder. Embora essas correntes tenham desenvolvido perspectivas teóricas distintas, todas compartilham a preocupação em analisar as relações de poder que estruturam o sistema internacional e em compreender os desafios enfrentados pelas sociedades periféricas em seus processos de desenvolvimento. Nesse sentido, a obra de Guerreiro Ramos contribuiu para ampliar o horizonte teórico das ciências sociais na região, incentivando a construção de interpretações mais autônomas e críticas da realidade latino-americana (Cardoso; Faletto, 2004; Quijano, 2005).

Entretanto, a atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos também envolve a necessidade de reconhecer os limites e as críticas dirigidas à sua obra. Alguns autores argumentam que sua proposta de construção de uma sociologia nacional pode apresentar riscos de isolamento intelectual ou de excessiva valorização de particularismos nacionais. Em um contexto de crescente globalização das relações sociais e intensificação das trocas acadêmicas internacionais, torna-se importante encontrar formas de conciliar a valorização das experiências locais com o diálogo aberto entre diferentes tradições intelectuais.

Além disso, determinadas interpretações de sua obra apontam que sua reflexão sobre o papel dos intelectuais e da sociologia na transformação social pode, em alguns momentos, atribuir importância excessiva à atuação das elites intelectuais na condução dos processos históricos. A crítica contemporânea tende a enfatizar a importância da participação de diversos atores sociais — incluindo

movimentos sociais, organizações da sociedade civil e comunidades locais — na construção de projetos de transformação social. Nesse sentido, algumas releituras contemporâneas buscam reinterpretar o pensamento de Guerreiro Ramos à luz dessas novas perspectivas, ampliando sua abordagem para incluir de forma mais explícita a diversidade de sujeitos sociais envolvidos nos processos de mudança histórica.

Apesar dessas críticas, a obra de Guerreiro Ramos continua sendo objeto de crescente interesse no campo das ciências sociais. Pesquisadores contemporâneos têm revisitado suas contribuições com o objetivo de explorar novas interpretações de seu pensamento e de avaliar sua relevância para os desafios atuais enfrentados pelas sociedades latino-americanas. Esse movimento de releitura demonstra que suas reflexões permanecem capazes de inspirar novas agendas de pesquisa e de estimular debates sobre os caminhos da sociologia no contexto global.

CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA

Um dos aspectos centrais da contribuição de Guerreiro Ramos consiste em sua crítica à dependência intelectual das ciências sociais latino-americanas em relação aos paradigmas teóricos elaborados nos países centrais. Em sua obra clássica *A redução sociológica*, o autor argumenta que grande parte da produção sociológica em países periféricos reproduz modelos analíticos importados, frequentemente desconsiderando as especificidades históricas e culturais das sociedades locais (Ramos, 1996). Para o autor, essa situação compromete a capacidade explicativa das ciências sociais e contribui para a perpetuação de formas de dependência intelectual que acompanham as estruturas de dependência econômica e política presentes no sistema internacional.

A proposta da redução sociológica surge, nesse contexto, como uma estratégia metodológica destinada a superar esse problema. Segundo Guerreiro Ramos, os conceitos e teorias produzidos em contextos sociais específicos não podem ser simplesmente transplantados para outras realidades sem que passem por um processo crítico de adaptação. Esse processo exige que o pesquisador analise cuidadosamente as condições históricas e culturais que deram origem a determinados modelos teóricos, avaliando sua pertinência para interpretar realidades distintas. Dessa forma, a redução sociológica representa um esforço de construção de uma sociologia capaz de dialogar com a tradição internacional da disciplina, mas ao mesmo tempo comprometida com a interpretação das particularidades das sociedades periféricas (Ramos, 1996).

Essa preocupação com a autonomia intelectual da sociologia latino-americana aproxima o pensamento de Guerreiro Ramos de debates contemporâneos sobre a descolonização do conhecimento. Nas últimas décadas, diversos autores têm argumentado que as ciências sociais globais continuam marcadas por fortes assimetrias epistemológicas, nas quais teorias produzidas em centros acadêmicos do Norte global tendem a ser universalizadas, enquanto experiências e perspectivas provenientes do Sul global permanecem frequentemente marginalizadas (Connell, 2007; Quijano, 2005). Nesse contexto, a reflexão de Guerreiro Ramos pode ser considerada precursora de um movimento mais amplo de crítica ao eurocentrismo nas ciências sociais.

Ao enfatizar a necessidade de construir categorias analíticas enraizadas nas experiências históricas das sociedades latino-americanas, Guerreiro Ramos antecipou preocupações que posteriormente seriam desenvolvidas por diferentes correntes do pensamento crítico regional. A teoria da dependência, por exemplo, procurou reinterpretar os processos de desenvolvimento econômico e social da América Latina a partir de suas relações estruturais com o sistema capitalista internacional (Cardoso; Faletto, 2004). De modo semelhante, a perspectiva da colonialidade do poder destacou como as estruturas coloniais continuam influenciando as formas de organização social, econômica e cultural das sociedades latino-americanas mesmo após os processos formais de independência política (Quijano, 2005). Embora essas correntes apresentem diferenças teóricas significativas, todas compartilham a preocupação em desenvolver interpretações da realidade latino-americana que não dependam exclusivamente de paradigmas elaborados em contextos históricos distintos.

Outro elemento importante da contribuição de Guerreiro Ramos para a sociologia contemporânea refere-se à sua concepção do papel social da ciência. Para o autor, a sociologia não deveria limitar-se à produção de conhecimento abstrato ou à mera descrição da realidade social. Ao contrário, deveria assumir compromisso ativo com a interpretação crítica das estruturas sociais e com a construção de alternativas capazes de promover transformações históricas. Essa perspectiva aproxima-se de tradições críticas da teoria social que compreendem o conhecimento científico como instrumento potencial de emancipação social.

Nesse sentido, a sociologia proposta por Guerreiro Ramos apresenta afinidades com correntes contemporâneas que enfatizam o papel público das ciências sociais. O conceito de sociologia pública, por exemplo, destaca a importância de ampliar o diálogo entre pesquisadores e diferentes setores da sociedade, promovendo maior participação da sociologia nos debates públicos e nas discussões sobre políticas sociais (Burawoy, 2005). Embora o conceito tenha sido formulado décadas após a produção intelectual de Guerreiro Ramos, é possível identificar em sua obra uma preocupação semelhante com a relevância social do conhecimento sociológico.

A atualidade de suas reflexões também se manifesta em sua crítica ao que denominou de sociologia consular, isto é, uma prática acadêmica que se limita à reprodução de debates teóricos importados, sem estabelecer vínculos significativos com os problemas concretos das sociedades em que é produzida. Para Guerreiro Ramos, esse tipo de sociologia tende a afastar-se das demandas sociais e políticas presentes na realidade nacional, contribuindo para a formação de comunidades acadêmicas excessivamente dependentes de agendas intelectuais externas (Ramos, 1996).

Essa crítica permanece relevante no contexto contemporâneo, marcado pela crescente internacionalização da produção científica e pela forte pressão para publicação em periódicos internacionais. Embora a circulação global do conhecimento represente importante avanço para o desenvolvimento das ciências sociais, diversos pesquisadores têm alertado para o risco de que esse processo contribua para a homogeneização das agendas de pesquisa e para a marginalização de temas relacionados às realidades locais (Connell, 2007). Nesse sentido, a reflexão de Guerreiro Ramos continua oferecendo importantes subsídios para pensar formas de equilibrar a participação no sistema científico internacional com a valorização de agendas de pesquisa comprometidas com os problemas

sociais nacionais.

A reflexão sobre o papel dos intelectuais na construção de projetos nacionais de desenvolvimento é um ponto central nas obras de Guerreiro Ramos. Em sua análise, os intelectuais desempenham função estratégica na interpretação das transformações sociais e na formulação de diagnósticos capazes de orientar políticas públicas e projetos coletivos (Ramos, 1956). Essa concepção atribui grande importância à produção de conhecimento crítico como elemento fundamental para a construção de sociedades mais autônomas e democráticas.

No entanto, interpretações contemporâneas de sua obra também têm procurado ampliar essa perspectiva, enfatizando que os processos de transformação social envolvem a participação de múltiplos atores, incluindo movimentos sociais, organizações da sociedade civil e diferentes grupos sociais historicamente marginalizados. Assim, releituras recentes do pensamento de Guerreiro Ramos buscam integrar suas reflexões sobre o papel dos intelectuais com abordagens que destacam a pluralidade de sujeitos envolvidos na construção de processos históricos de mudança.

Além disso, sua obra contribui para o fortalecimento de uma tradição de pensamento social brasileiro preocupada em compreender as especificidades da formação social do país. Ao lado de autores como Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro, Guerreiro Ramos participou de um importante movimento intelectual voltado à elaboração de interpretações críticas da realidade brasileira. Essas interpretações buscaram compreender as particularidades da modernização brasileira, marcada por profundas desigualdades sociais, persistência de estruturas herdadas do período colonial e complexas relações de dependência no sistema internacional.

No campo da sociologia contemporânea, o legado desse movimento intelectual continua influenciando diversas linhas de pesquisa dedicadas à análise do desenvolvimento, da desigualdade social e das transformações institucionais no Brasil. Nesse sentido, a obra de Guerreiro Ramos permanece relevante não apenas como referência histórica, mas também como fonte de inspiração para novas agendas de investigação sociológica.

IMPACTOS NO PENSAMENTO CRÍTICO LATINO-AMERICANO

Uma das contribuições mais significativas de Guerreiro Ramos para esse campo de debates encontra-se em sua crítica à importação acrítica de teorias sociais produzidas nos centros hegemônicos do sistema acadêmico internacional. Em obras como *A redução sociológica*, o autor argumenta que a produção intelectual nas sociedades periféricas frequentemente se caracteriza por um processo de mimetismo cultural, no qual conceitos e modelos analíticos elaborados em contextos históricos distintos são adotados sem a devida problematização de sua adequação às realidades locais (Ramos, 1996). Para o autor, esse processo compromete a capacidade interpretativa das ciências sociais e reforça formas de dependência intelectual que acompanham as estruturas econômicas e políticas de subordinação no sistema internacional.

Essa crítica antecipou discussões que se tornariam centrais no pensamento crítico latino-americano a partir das décadas de 1960 e 1970. A teoria da depen-

dência, por exemplo, desenvolvida por autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, buscou reinterpretar os processos de desenvolvimento da América Latina a partir de sua inserção estrutural no capitalismo internacional, enfatizando as relações de subordinação econômica entre países centrais e periféricos (Cardoso; Faletto, 2004). Embora Guerreiro Ramos não tenha se dedicado diretamente à análise das estruturas econômicas globais com a mesma ênfase desses autores, sua preocupação com a dependência intelectual das ciências sociais apresenta forte convergência com os diagnósticos elaborados por essa corrente teórica.

No âmbito do pensamento crítico latino-americano, a reflexão de Guerreiro Ramos também dialoga com perspectivas que enfatizam a necessidade de construir formas de conhecimento capazes de interpretar as experiências históricas específicas da região. Esse esforço intelectual buscou superar a tendência de universalização de teorias produzidas em contextos europeus e norte-americanos, propondo a elaboração de categorias analíticas que levassem em consideração os processos históricos de colonização, dependência econômica e formação social característicos da América Latina. Nesse sentido, a proposta da redução sociológica pode ser compreendida como uma tentativa de desenvolver um método de produção de conhecimento sociológico que valorize a mediação crítica entre teoria e realidade social.

Nas últimas décadas, essas preocupações ganharam nova dimensão com o desenvolvimento das chamadas epistemologias do Sul e dos estudos sobre colonialidade do poder. Esses campos teóricos enfatizam que a produção global de conhecimento continua marcada por profundas desigualdades epistemológicas, nas quais determinadas regiões do mundo ocupam posição dominante na definição de agendas de pesquisa e paradigmas teóricos. Segundo essa perspectiva, o eurocentrismo constitui um dos principais obstáculos para a construção de uma ciência social verdadeiramente plural, capaz de incorporar experiências e saberes produzidos em diferentes contextos históricos (Quijano, 2005; Santos, 2010).

Nesse contexto, o pensamento de Guerreiro Ramos tem sido frequentemente reinterpretado como uma das expressões pioneiras da crítica latino-americana ao eurocentrismo nas ciências sociais. Ao enfatizar a necessidade de analisar criticamente as teorias importadas e de desenvolver categorias analíticas adequadas às realidades nacionais, o autor antecipou debates que se tornariam centrais nas discussões contemporâneas sobre a descolonização do conhecimento. Essa dimensão de sua obra tem despertado interesse crescente entre pesquisadores que buscam compreender as origens intelectuais das correntes críticas latino-americanas.

Outro aspecto importante do impacto de sua obra no pensamento crítico latino-americano refere-se à concepção de sociologia como instrumento de interpretação histórica e transformação social. Para Guerreiro Ramos, o conhecimento sociológico não deveria limitar-se à descrição da realidade social, mas deveria contribuir para a formulação de diagnósticos capazes de orientar projetos coletivos de desenvolvimento e emancipação nacional. Essa perspectiva aproxima-se de uma tradição intelectual latino-americana que atribui papel estratégico às ciências sociais na análise dos desafios enfrentados pelas sociedades da região.

Diversos intelectuais latino-americanos compartilharam essa preocupação

com a função social do conhecimento científico. No campo da economia política, por exemplo, autores vinculados à CEPAL defenderam a necessidade de elaborar diagnósticos estruturais sobre o subdesenvolvimento latino-americano, propondo estratégias de desenvolvimento capazes de reduzir a dependência econômica em relação aos países industrializados (Furtado, 2007). De maneira semelhante, sociólogos e cientistas políticos buscaram interpretar as transformações sociais da região à luz de suas especificidades históricas, contribuindo para a construção de um campo intelectual voltado à análise crítica das estruturas sociais latino-americanas.

Nesse cenário, a obra de Guerreiro Ramos contribuiu para fortalecer a ideia de que a produção de conhecimento nas ciências sociais deve estar vinculada à compreensão dos desafios concretos enfrentados pelas sociedades em que se desenvolve. Essa perspectiva reforça o compromisso das ciências sociais com a análise crítica das desigualdades sociais, das estruturas de poder e das relações de dependência que caracterizam o sistema internacional.

Outro elemento importante de seu legado no pensamento crítico latino-americano diz respeito à valorização da autonomia intelectual como condição para a construção de projetos de desenvolvimento social e político. Para Guerreiro Ramos, a dependência intelectual constitui um obstáculo significativo para a formulação de estratégias nacionais de desenvolvimento, uma vez que limita a capacidade das elites intelectuais de interpretar adequadamente os problemas estruturais de suas próprias sociedades. Assim, a construção de uma sociologia autônoma representa não apenas um desafio acadêmico, mas também um elemento fundamental para o fortalecimento da soberania cultural e política das sociedades periféricas.

Essa reflexão apresenta grande relevância para debates contemporâneos sobre a internacionalização da ciência e os desafios enfrentados por pesquisadores do Sul global. Embora a circulação global do conhecimento represente importante avanço para o desenvolvimento das ciências sociais, diversos autores têm destacado que as estruturas do sistema científico internacional ainda reproduzem desigualdades significativas entre centros e periferias acadêmicas (Connell, 2007). Nesse contexto, a obra de Guerreiro Ramos continua oferecendo importantes subsídios para pensar estratégias de fortalecimento da produção intelectual latino-americana no cenário global.

Ao mesmo tempo, releituras contemporâneas de seu pensamento também procuram ampliar suas reflexões à luz de novas agendas teóricas e políticas. Em particular, debates recentes têm enfatizado a importância de incorporar perspectivas provenientes de movimentos sociais, estudos de gênero, teorias pós-coloniais e epistemologias indígenas na construção de um pensamento crítico verdadeiramente plural. Essas abordagens ampliam o horizonte do pensamento crítico latino-americano, destacando a diversidade de experiências sociais e culturais presentes na região.

Nesse sentido, o legado de Guerreiro Ramos pode ser reinterpretado como parte de um processo mais amplo de construção de uma tradição intelectual latino-americana comprometida com a crítica às formas de dominação econômica, política e cultural que marcaram a história da região. Sua obra contribuiu para consolidar a ideia de que a produção de conhecimento nas ciências sociais deve estar profundamente vinculada à análise das realidades sociais concretas e à busca por alternativas capazes de promover maior autonomia e justiça social.

LIMITES, CRÍTICAS E RELEITURAS DA OBRA

A obra de Alberto Guerreiro Ramos ocupa posição de grande relevância no desenvolvimento do pensamento social brasileiro e latino-americano, sobretudo em razão de sua contribuição para a construção de uma sociologia crítica comprometida com a análise das especificidades históricas das sociedades periféricas. Entretanto, como ocorre com toda produção intelectual de grande alcance, seu pensamento também tem sido objeto de debates críticos, revisões interpretativas e releituras teóricas ao longo das últimas décadas. Esses debates não apenas evidenciam a complexidade de sua obra, mas também demonstram sua capacidade de continuar provocando reflexões sobre os caminhos das ciências sociais contemporâneas.

Um dos principais pontos de debate em torno da obra de Guerreiro Ramos refere-se à sua proposta de construção de uma sociologia nacional ou, mais precisamente, de uma sociologia voltada à interpretação das particularidades históricas das sociedades periféricas. Em textos como *A redução sociológica*, o autor argumenta que as ciências sociais produzidas em países como o Brasil frequentemente reproduzem, de forma acrítica, modelos teóricos elaborados em contextos históricos distintos, sobretudo nos centros acadêmicos europeus e norte-americanos (Ramos, 1996). A partir desse diagnóstico, Guerreiro Ramos propõe a necessidade de desenvolver um processo de mediação crítica entre teorias sociológicas universais e as condições específicas das realidades nacionais.

Embora essa proposta tenha sido amplamente reconhecida como uma contribuição fundamental para o pensamento social latino-americano, alguns autores apontam que a ênfase na construção de uma sociologia nacional pode suscitar determinadas limitações. Uma das críticas mais recorrentes refere-se ao risco de que tal perspectiva conduza a uma excessiva valorização de particularismos nacionais, potencialmente restringindo o diálogo com tradições teóricas internacionais. Em um contexto contemporâneo marcado pela intensificação das interdependências globais e pela crescente circulação transnacional de ideias, diversos pesquisadores defendem a importância de combinar a valorização das experiências locais com a participação ativa em debates acadêmicos internacionais (Connell, 2007).

Nesse sentido, parte da crítica contemporânea tem buscado reinterpretar a proposta de Guerreiro Ramos não como uma rejeição das tradições sociológicas internacionais, mas como um convite à construção de relações mais equilibradas entre diferentes centros de produção de conhecimento. Sob essa perspectiva, o conceito de redução sociológica pode ser entendido como um método de mediação crítica entre teorias universais e contextos sociais específicos, e não como um projeto de isolamento intelectual. Essa interpretação permite aproximar o pensamento de Guerreiro Ramos de debates atuais sobre pluralismo epistemológico e circulação global do conhecimento.

Outro conjunto de críticas refere-se à forma como o autor concebe o papel dos intelectuais na interpretação da realidade social e na condução dos processos de transformação histórica. Em diversas passagens de sua obra, Guerreiro Ramos atribui papel estratégico às elites intelectuais na formulação de diagnósticos sobre os problemas estruturais das sociedades periféricas e na construção de projetos nacionais de desenvolvimento. Essa perspectiva reflete, em parte, o contexto histórico em que o autor produziu sua obra, marcado pela forte influên-

cia de projetos nacional-desenvolvimentistas e pela crença no papel do Estado e das elites técnicas na condução de processos de modernização.

Entretanto, análises contemporâneas têm destacado que essa concepção pode subestimar a importância da participação de diferentes atores sociais nos processos de transformação histórica. Movimentos sociais, organizações da sociedade civil, grupos comunitários e diferentes segmentos da população desempenham papel fundamental na construção de mudanças sociais e políticas. Assim, releituras recentes do pensamento de Guerreiro Ramos têm buscado ampliar sua reflexão sobre a transformação social, incorporando perspectivas que enfatizam a pluralidade de sujeitos envolvidos nesses processos (Santos, 2010).

Outra dimensão crítica da obra de Guerreiro Ramos relaciona-se ao contexto histórico e político em que suas reflexões foram elaboradas. Parte significativa de sua produção intelectual desenvolveu-se no período de consolidação do projeto desenvolvimentista no Brasil, quando o debate sobre modernização, industrialização e construção do Estado nacional ocupava posição central na agenda política e intelectual do país. Nesse contexto, muitas de suas análises refletem a preocupação com a construção de um projeto nacional capaz de promover o desenvolvimento econômico e a integração social.

Contudo, nas últimas décadas, o cenário político e econômico internacional passou por profundas transformações, incluindo a intensificação da globalização econômica, a expansão das redes transnacionais de produção e a crescente influência de instituições internacionais na formulação de políticas públicas. Essas transformações levaram diversos pesquisadores a questionar se os modelos clássicos de desenvolvimento nacional ainda são suficientes para interpretar os desafios contemporâneos enfrentados pelas sociedades periféricas. Nesse contexto, a obra de Guerreiro Ramos tem sido objeto de releituras que buscam adaptar suas reflexões às novas condições estruturais da economia e da política global.

Apesar dessas críticas, muitos estudiosos ressaltam que os elementos centrais do pensamento de Guerreiro Ramos permanecem extremamente relevantes para as ciências sociais contemporâneas. Sua crítica à dependência intelectual, por exemplo, continua sendo frequentemente mencionada em debates sobre a internacionalização da ciência e sobre as desigualdades que estruturam o sistema acadêmico global. Pesquisadores têm destacado que a produção científica internacional ainda apresenta forte concentração institucional e geográfica, com grande parte das agendas de pesquisa e paradigmas teóricos sendo definidos por universidades e centros de pesquisa localizados no Norte global (Connell, 2007; Quijano, 2005).

Nesse cenário, a reflexão de Guerreiro Ramos sobre a necessidade de construir perspectivas sociológicas capazes de dialogar criticamente com as experiências históricas das sociedades periféricas permanece altamente atual. Diversos campos de pesquisa contemporâneos, como os estudos pós-coloniais, as epistemologias do Sul e as teorias da colonialidade do poder, têm enfatizado a importância de questionar as hierarquias epistemológicas que estruturam a produção global de conhecimento (Quijano, 2005; Santos, 2010). Embora essas correntes teóricas tenham se desenvolvido posteriormente à obra de Guerreiro Ramos, muitas de suas preocupações fundamentais já estavam presentes em suas reflexões.

As releituras contemporâneas de sua obra referem-se, também, à valorização de sua contribuição para a construção de uma tradição crítica das ciências

sociais brasileiras. Ao lado de autores como Florestan Fernandes e Celso Furtado, Guerreiro Ramos participou de um importante movimento intelectual voltado à elaboração de interpretações sistemáticas da formação social brasileira. Esse movimento buscou compreender as particularidades do processo de modernização do país, marcado por profundas desigualdades sociais, persistência de estruturas herdadas do período colonial e complexas relações de dependência no sistema internacional.

Nesse sentido, revisitar a obra de Guerreiro Ramos permite compreender não apenas os debates intelectuais de sua época, mas também os desafios enfrentados pelas ciências sociais brasileiras na busca por maior autonomia intelectual. Suas reflexões contribuíram para consolidar a ideia de que a produção de conhecimento sociológico deve estar profundamente vinculada à análise crítica das realidades sociais concretas, evitando a simples reprodução de modelos teóricos elaborados em contextos históricos distintos.

Além disso, releituras contemporâneas de sua obra têm destacado a importância de integrar suas reflexões com novas agendas teóricas emergentes nas ciências sociais. Estudos sobre gênero, raça, colonialidade e epistemologias indígenas, por exemplo, têm ampliado significativamente o campo do pensamento crítico latino-americano, incorporando perspectivas que anteriormente recebiam menor atenção nas tradições sociológicas clássicas. Nesse contexto, o pensamento de Guerreiro Ramos pode ser reinterpretado como parte de um processo mais amplo de construção de uma ciência social plural, capaz de dialogar com diferentes experiências sociais e culturais.



Guerreiro Ramos e a sociologia

ciência da revolução brasileira



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a relevância do pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para a sociologia brasileira e para o desenvolvimento do pensamento crítico latino-americano, destacando suas contribuições teóricas, metodológicas e epistemológicas. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender como suas reflexões sobre autonomia intelectual, dependência cultural e papel social da sociologia continuam sendo fundamentais para a análise das sociedades periféricas e para o fortalecimento de perspectivas críticas nas ciências sociais. A revisão de sua obra permitiu evidenciar que o pensamento de Guerreiro Ramos ultrapassa seu contexto histórico de produção e permanece como referência importante para debates contemporâneos sobre produção de conhecimento, descolonização epistemológica e responsabilidade social da ciência.

Um dos elementos centrais evidenciados ao longo do estudo foi a crítica elaborada por Guerreiro Ramos à dependência intelectual das ciências sociais latino-americanas. O autor identificou que, historicamente, grande parte da produção sociológica nos países periféricos foi marcada pela importação acrítica de teorias e modelos analíticos desenvolvidos em contextos europeus e norte-americanos. Esse fenômeno, segundo sua interpretação, compromete a capacidade interpretativa das ciências sociais ao desconsiderar as especificidades históricas, culturais e institucionais das sociedades em que tais teorias são aplicadas. A proposta da redução sociológica, nesse sentido, representa uma tentativa de enfrentar esse problema ao defender que conceitos e teorias sociológicas devem ser reinterpretados criticamente a partir das condições concretas das realidades sociais em que são utilizados.

A análise desenvolvida neste trabalho também demonstrou que a obra de Guerreiro Ramos apresenta forte convergência com debates contemporâneos sobre a descolonização do conhecimento e sobre as assimetrias que estruturam o sistema acadêmico internacional. Nas últimas décadas, diversos pesquisadores têm destacado que a produção científica global continua concentrada em determinados centros acadêmicos do Norte global, o que contribui para a manutenção de hierarquias epistemológicas que marginalizam perspectivas produzidas em contextos periféricos. Nesse cenário, a crítica formulada por Guerreiro Ramos à dependência intelectual revela-se particularmente atual, pois antecipa discussões que hoje ocupam posição central nas reflexões sobre pluralidade epistemológica e democratização da produção científica.

Outro aspecto relevante evidenciado na análise foi a compreensão de Guerreiro Ramos acerca do papel social da sociologia. Para o autor, a sociologia não deveria restringir-se à produção de conhecimento abstrato ou à mera descrição da realidade social, mas deveria assumir compromisso ativo com a interpretação crítica das estruturas sociais e com a construção de alternativas capazes de promover transformações históricas. Essa perspectiva confere à sociologia uma dimensão pública e política, na medida em que reconhece a importância do conhecimento científico na formulação de diagnósticos sociais e na elaboração de projetos coletivos voltados ao desenvolvimento social e à ampliação da cidadania.

Além disso, a obra de Guerreiro Ramos contribuiu significativamente para o fortalecimento de uma tradição de pensamento social brasileiro preocupada em compreender as particularidades da formação histórica do país. Ao lado de outros importantes intelectuais, o autor participou de um movimento intelectual que buscou interpretar os processos de modernização brasileira a partir de suas próprias especificidades sociais e institucionais. Esse esforço resultou na constru-

ção de importantes interpretações sobre as relações entre desenvolvimento econômico, estrutura social e dependência internacional, contribuindo para ampliar o horizonte analítico das ciências sociais no Brasil.

No âmbito latino-americano, as reflexões de Guerreiro Ramos também dialogam com diversas correntes do pensamento crítico que emergiram ao longo da segunda metade do século XX. Teorias relacionadas à dependência, à colonialidade do poder e às epistemologias do Sul compartilham preocupações semelhantes às expressas em sua obra, especialmente no que se refere à crítica ao eurocentrismo e à necessidade de construir formas de conhecimento capazes de interpretar as experiências históricas das sociedades periféricas. Dessa forma, seu pensamento pode ser compreendido como parte de um movimento mais amplo de afirmação intelectual da América Latina no campo das ciências sociais.

Entretanto, a análise também permitiu reconhecer que a obra de Guerreiro Ramos apresenta limites e desafios interpretativos. Algumas críticas apontam que sua ênfase na construção de uma sociologia nacional pode gerar tensões em um contexto contemporâneo marcado pela intensificação das interdependências globais e pela crescente circulação transnacional de ideias. Além disso, determinadas interpretações sugerem que sua concepção sobre o papel dos intelectuais na condução dos processos de transformação social pode subestimar a importância da participação de diferentes atores sociais, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil e grupos historicamente marginalizados. Essas críticas, contudo, não diminuem a importância de suas contribuições, mas estimulam novas leituras e atualizações de sua obra.

Nesse sentido, as releituras contemporâneas do pensamento de Guerreiro Ramos têm buscado integrar suas reflexões com novas agendas teóricas emergentes nas ciências sociais, incluindo debates relacionados à colonialidade, diversidade epistemológica, justiça social e pluralidade cultural. Essas interpretações demonstram que sua obra permanece aberta a novos diálogos e continua oferecendo instrumentos analíticos relevantes para compreender os desafios enfrentados pelas sociedades latino-americanas no contexto atual.

Diante disso, pode-se afirmar que o legado intelectual de Guerreiro Ramos permanece extremamente significativo para as ciências sociais contemporâneas. Sua crítica à dependência intelectual, sua defesa da autonomia epistemológica e sua valorização da sociologia como instrumento de interpretação crítica da realidade social continuam inspirando pesquisadores interessados em desenvolver perspectivas analíticas comprometidas com a compreensão das realidades sociais periféricas. Em um mundo caracterizado por profundas desigualdades globais, crises políticas e transformações sociais aceleradas, suas reflexões oferecem importantes subsídios para pensar caminhos possíveis para a construção de uma ciência social mais plural, crítica e socialmente comprometida.

Por fim, conclui-se que revisitar o pensamento de Guerreiro Ramos constitui tarefa fundamental para o fortalecimento das ciências sociais brasileiras e latino-americanas. Ao estimular a reflexão crítica sobre os fundamentos epistemológicos da sociologia e ao defender a necessidade de desenvolver interpretações situadas das realidades sociais, o autor contribuiu de maneira decisiva para a consolidação de uma tradição intelectual comprometida com a autonomia do pensamento e com a construção de projetos coletivos voltados ao desenvolvimento social e à emancipação das sociedades periféricas. Dessa forma, sua obra

continua sendo referência indispensável para aqueles que buscam compreender e transformar as realidades sociais do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BECKER, Howard. **Tricks of the trade: how to think about your research while you're doing it**. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB revisitado. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 49–67, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2007.
- BURAWOY, Michael. For public sociology. **American Sociological Review**, v. 70, n. 1, p. 4–28, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CONNELL, Raewyn. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. Cambridge: Polity Press, 2007.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FILGUEIRAS, Fernando de Barros. Guerreiro Ramos, a redução sociológica e o imaginário pós-colonial. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 347–360, 2012.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- MAIA, João Marcelo Ehlert. **Guerreiro Ramos: pensamento social e política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MICELI, Sergio. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2001.
- MISOCZKY, Maria Ceci; AMANTINO-DE-ANDRADE, Jackeline. Uma crítica à crítica do-

mesticada nos estudos organizacionais: a contribuição de Guerreiro Ramos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 193–212, 2005.

PAES DE PAULA, Ana Paula. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica**. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

SERVA, Maurício. Guerreiro Ramos e a nova ciência das organizações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 26-38, 1997.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis: Vozes, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2004.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alienação cultural – p. 23–24

Autonomia intelectual – p. 13, 24, 31

C

Ciência da revolução brasileira – p. 13, 53

Colonialismo cultural – p. 31

D

Dependência intelectual – p. 13, 24, 31

Desenvolvimento nacional – p. 23, 41, 67

E

Eurocentrismo – p. 31

I

Intelectuais (papel social) – p. 67

ISEB – p. 23, 41

R

Racionalidade substantiva – p. 24

Redução sociológica – p. 13, 23–24, 31, 34

S

Sociologia brasileira – p. 13, 31, 54

Sociologia crítica – p. 13, 53

Sociologia pública – p. 67

Sociologia consular – p. 67

T

Transformação social – p. 13, 53–54

A obra analisa o pensamento sociológico de Alberto Guerreiro Ramos, destacando sua contribuição para a construção de uma sociologia crítica, autônoma e comprometida com a realidade brasileira. Ao discutir conceitos centrais como redução sociológica, racionalidade substantiva e crítica à dependência intelectual, o livro evidencia a necessidade de superar o eurocentrismo nas ciências sociais. A partir de abordagem teórica e bibliográfica, o autor examina a sociologia como instrumento de transformação social e de elaboração de um projeto nacional. Também aborda a relação entre conhecimento científico, política e desenvolvimento, ressaltando o papel dos intelectuais na construção de uma sociedade mais justa. A obra contribui para o fortalecimento do pensamento social brasileiro e para os debates contemporâneos sobre descolonização do conhecimento. Destina-se a pesquisadores, docentes e estudantes das áreas de sociologia, ciência política e ciências sociais aplicadas.

